



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



**A DIVINA LOUCURA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO:
encontro, tragédia e redenção**

LÍGIA BURTON FERREIRA

Campo Grande-MS

2021

LÍGIA BURTON FERREIRA

**A DIVINA LOUCURA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO:
encontro, tragédia e redenção**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Branca Maria de Meneses

Campo Grande-MS

2021

LÍGIA BURTON FERREIRA

**A DIVINA LOUCURA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO:
encontro, tragédia e redenção**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Curso de Mestrado – em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como cumprimento de requisito final para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2021.

BANCA AVALIADORA

Profa. Dra. Branca Maria de Meneses
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Marcelo Bueno de Paula
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Alexandra Ayach Anache
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Para Clério

AGRADECIMENTOS

A meu pai, que dividiu comigo este desafio e ajudou a torná-lo também um ato de amor.

A minha mãe e irmã pelo carinho e paciência.

A Felipe pelo amor e auxílio direto nos momentos de desespero.

A Marina, Rebeca e Cris pelo auxílio, comentários críticos das versões, pré-versões e contra-versões do texto, além da generosidade e carinho.

A todos os amigos e familiares pelo incentivo e apoio.

A João Baptista pela disposição e por apontar novos caminhos.

A Branca pelo acolhimento e risco assumido.

Ao programa de mestrado da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que tornou possível esta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo a compreensão da identidade estabelecida socialmente e historicamente de Antônio Conselheiro, líder na Guerra de Canudos, a partir de fragmentos presentes em diferentes narrativas, além dos desdobramentos do diagnóstico de psicose estabelecido pelo médico Nina Rodrigues. Como base epistemológica, utiliza-se os estudos da Teoria Crítica da Sociedade, em especial a noção de fragmentos de Walter Benjamin, a fim de se formar o que o filósofo denomina constelação acerca desse sujeito, estigmatizado como louco, místico e fanático. A partir da coleta de fragmentos deixados à margem da história, propõe-se enxergar a morte de Antônio Conselheiro como uma abertura, como a origem para uma outra compreensão possível da história. Nesse sentido, os artigos coletados não são expostos a uma lógica exterior, mas apresentados em sua unicidade e singularidade. Ao nos determos no estudo do fenômeno, tentamos devolver ao objeto sua dimensão única e irreduzível, pois, ao “juntar os cacos” da história dessa figura, vislumbra-se a esperança de um horizonte político justo. Nossa pretensão não é escrever um veredito sobre a identidade de Antônio Conselheiro, ou mesmo sobre os acontecimentos da guerra, antes, busca-se encontrar fragmentos significativos desses acontecimentos, inclusive imagéticos, que permitam que algumas lacunas ainda existentes sobre esse indivíduo possam ser preenchidas, estabelecendo novos significados, que, por vezes, iluminam aspectos pouco explorados até então, tanto na literatura quanto em outras formas de abordá-lo.

Palavras-chave: Antônio Conselheiro. Redenção. Narrativa. História.

ABSTRACT

The goal of this research was to analyze the socially and historically established identity of Antônio Conselheiro, leader in the Canudos war, from fragments present in different existing narratives and the consequences of the diagnosis of psychosis established by the doctor Nina Rodrigues. As an epistemological basis, the studies of Critical Theory of Society are used, especially the notion of fragments by Walter Benjamin, in order to form a constellation about the identity of this subject stigmatized as crazy, mystical and fanatic. Based on the collection of fragments left at the margins of history, it is proposed to see the death of Antônio Conselheiro as an opening, the origin, for another possible understanding of history. In this sense, the collected articles are not exposed to an external logic, but presented in their uniqueness and singularities. When pausing to study the phenomenon, an attempt is made to restore the object to its unique and irreducible dimension, since by joining the pieces of its history, the hope of a fair political horizon is glimpsed. Our intention is not to write a verdict on his identity or even on the events of the war, rather, we seek to find significant fragments of these events, including imagery, that allow some gaps, which still exist, about this individual to be filled, establishing new ones meanings, which sometimes illuminate nuances little explored so far, both in the literature and in other ways of approaching it.

Keywords: Antônio Conselheiro. Redemption. Narrative. History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Levantamento bibliográfico	34
Figura 1 - Prisioneiros da guerra. Flávio de Barros, 1897.....	80
Figura 2 - Caatinga. Edu Simões, sem data.....	82
Figura 3 - Caatinga. Edu Simões, sem data.....	83
Figura 4 - Caatinga. Edu Simões, sem data.....	83
Figura 5 - Vista parcial de Canudos ao Nascente e ao Sul. Flavio de Barros, 1897.	84
Figura 6 - Rio vaza-Barris ao Sul. Flávio de Barros, 1897.	85
Figura 7 - Prisão dos jagunços pela cavalaria. Flávio de Barros, 1987.....	86
Figura 8 - Um jagunço em frente à sua casa. Flávio de Barros, 1897.....	86
Figura 9 - Um jagunço em frente à sua casa. Flávio de Barros, 1897.....	87
Figura 10 - Um jagunço preso. Flávio de Barros, 1897.	88
Figura 11 - Cadáveres nas ruínas de Canudos. Flávio de Barros, 1897	88
Figura 12 - Bom Jesus Antônio Conselheiro, depois de exumado. Flávio de Barros, 1897.	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Teoria crítica da sociedade	14
Fragmentos históricos dos estudos de Benjamin	17
Narração, história e memória	20
Conceito de origem	23
Sobre o conceito de história	25
1 REVISÃO DE LITERATURA	33
2 MÉTODO	36
2.1 Objetivos	41
2.1.1 Objetivo geral.....	41
2.1.2 Objetivos específicos.....	42
2.2 Em busca dos fragmentos perdidos	42
CONCLUSÃO	76
POSFÁCIO	80
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única. Que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontado de ruínas diante dele cresce até o céu. É a essa tempestade que chamamos progresso (BENJAMIN, 2012, p. 246).

Esta pesquisa objetiva compreender a identidade estabelecida socialmente e historicamente de Antônio Conselheiro, líder na Guerra de Canudos, a partir de fragmentos presentes em diferentes narrativas e compreender os desdobramentos do seu diagnóstico de psicose progressiva fornecido pelo médico Nina Rodrigues. Para tentar alcançar os objetivos almejados, optamos pela perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade, principalmente àquela relacionada a Walter Benjamin. Além disso, justificamos a elaboração do trabalho a partir da possibilidade, conforme os estudos da teoria crítica da sociedade, de constituir um novo olhar para o sujeito em foco, cuja identidade foi construída de forma compulsória a partir das suposições teóricas vigentes na época, qual seja, o positivismo. Para construirmos esse novo olhar, utilizamos uma metodologia de caráter bibliográfico, coletando fragmentos deixados à margem da história que, posteriormente, foram reunidos com o intuito de formar uma constelação acerca da identidade de Antônio Conselheiro.

O termo constelação ocupa um lugar importante na obra de Walter Benjamin (1892-1940), surgindo numa acepção epistemológico-crítica em sua obra filosófica, a *Origem do drama barroco alemão* (1925), sua tese de livre docência, *Passagens* (1927-1940) e em suas *Teses sobre a história* (1940). Constelação refere-se à relação entre as estrelas (conjunto) e as linhas imaginárias que as conectam, relação que não se define apenas pela proximidade dos componentes desse conjunto, mas pelas possibilidades de significados que esse grupo pode obter, o sentido que pode ser atribuído a ele. Dessa forma, a constelação é uma imagem em que cada singular, cada estrela, marca um extremo da linha que a liga a outro singular, outra estrela. Desse traçado de linhas, emerge uma forma, uma configuração cujo centro está vazio. Tal metáfora é utilizada para designar o que o filósofo acreditava ser o caminho do pensamento e da própria escrita, tornando a constelação

ferramenta de um método. A partir disso, torna-se possível compreender sua proposição da hermenêutica fragmentária, isto é, um modo de interpretação que não apenas valoriza, mas apreende o fenômeno em suas ruínas, estilhaços, fragmentos; cada estrela da constelação manifesta em si mesma a totalidade da ideia. Sendo assim, em cada fragmento de pensamento que apresentamos existe possibilidades de representação da ideia, de ir a fundo nos pormenores.

A contribuição de Benjamin (2012), em tudo decisiva para a consecução deste estudo, pode ser expressa pelo seu conceito de memória como uma viagem no tempo, um despertar com direito de ir e voltar, não sendo suficiente rememorar apenas o que está atrás, mas sim despertar uma consciência em relação ao presente, comprometer-se com ele e, quiçá, mudar as relações sociais existentes. Segundo o autor, ao narrar os acontecimentos, o pesquisador deve levar em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história e que somente a humanidade redimida obterá seu passado completo. Ao concordar com essas premissas, entende-se que a produção de conhecimento se dá no diálogo com outros saberes, com suas vozes plurais, expressa numa linguagem que faça sentido, que se configure como experiência e que, conseqüentemente, se aproxime do outro. “Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 2012, p. 15).

O trabalho crítico de Benjamin, de acordo com Gagnebin (1994), consiste em buscar uma experiência entre o presente que se narra, e o passado que se deseja resgatar, qual seja o da forma como Antônio Conselheiro se insere na história do Brasil. Essa experiência, se compartilhada por todos através de uma transmissão oral, possibilitada por uma linguagem e memória comuns, constituiria o que ele chama de narrativa tradicional, que pode ser vista como uma investigação sobre as diferentes formas de se contar uma história. Partimos do pressuposto que, mesmo diante das dificuldades de narrar a história de Conselheiro, temos a necessidade de fazê-lo, considerando que muitos fragmentos dessa história tipicamente sertaneja e brasileira sobrevivem no imaginário popular, principalmente na região que foi palco dos acontecimentos da Guerra de Canudos, no sertão baiano. A partir de tais fragmentos, pode-se recuperar o que Benjamin considerava ser a imagem dialética que representa o ocorrido. Tal imagem autêntica (não-arcaica) somente pode ser encontrada na linguagem e é assim definida pelo fato de que, sua relação com o passado, não representa uma progressão, antes um salto, impedindo sua cristalização em algo imutável.

Nesse sentido, ao “escovar a história a contrapelo”, percebemos algumas contradições na imagem eternizada de Conselheiro, visto que, segundo Vasconcellos (2017), a narrativa predominante foi a do diagnóstico de psicose, determinando, em última análise, a persistência no imaginário coletivo do país de uma figura acabada e predominantemente negativa (louco, doente, messiânico, jagunço). Este trabalho não busca a verdade sobre ele, mas, a partir da análise de diferentes narrativas em contraponto às passagens e teses benjaminianas, tecer na trama do presente os fios da memória que se perderam durante os anos, possibilitando a discussão sobre a importância do narrar para uma experiência coletiva.

O interesse em pesquisar este tema surgiu devido a possibilidade de um novo olhar sobre um sujeito inserido em um momento histórico relevante para a compreensão do nosso país. Para isso, revisitamos algumas narrativas, principalmente as encontradas nos livros **Os Sertões**, de Euclides da Cunha (2011), **No Calor da Hora**, de Walnice Galvão (2006) e no artigo **A Loucura Epidêmica de Canudos**, de Nina Rodrigues (2006), leituras chave para a coleta e compreensão dos fragmentos históricos analisados. Além disso, assumindo a necessidade de ampliar essa busca, visitando os locais que foram palco dos acontecimentos relativos à Guerra de Canudos com o objetivo de colher fragmentos visuais e orais ainda existentes naqueles sítios. A figura de Antônio Conselheiro foi definida a partir de crônicas como as de Machado de Assis (1839-1908), jornais da época e registros orais, porém, os pilares principais de sua representação foram a obra de Euclides da Cunha, citada anteriormente, e o diagnóstico psiquiátrico realizado por Nina Rodrigues em meados de 1897. Um ponto interessante a ser comentado é que outros livros foram escritos para relatar os episódios ocorridos na Guerra de Canudos, por exemplo **Os Jagunços** (1889) de Afonso Arinos e **Rei dos Jagunços** (1889) de Manoel Benício, entre tantas outras importantes produções. Mas foi **Os Sertões** (CUNHA, 2011), como relatado por Bernucci (1995), que ganhou notoriedade, sendo considerado um livro triunfante na história das letras.

Cunha (2011) apresentou de forma admirável o ocorrido, adotando em sua narrativa a noção de tempo histórico/cronológico. Ao reconhecer a importância de sua interpretação para a história nacional, pode-se observar que ainda existe espaço para leituras diferentes das que foram realizadas por esses escritores, haja vista a persistência de inúmeras lacunas, até mesmo de preconceitos, além de um imenso desconhecimento de tudo o que se sucedeu no arraial de Canudos. Nas palavras de José Calasans (1986, p.13), “ainda sonho com o dia que reescreveremos a história de Canudos”. Nesse sentido, de acordo com os estudos de Calasans (1986), ponderamos que as condições sociais,

econômicas e políticas que contribuíram para a origem, estabelecimento e morte de Canudos persistem de modo amplo na atual sociedade brasileira. Desse modo, a análise que propomos realizar representa uma possibilidade de ampliarmos o olhar não só sobre a pessoa de Antônio Conselheiro, mas também sobre a forma como são estabelecidos os diagnósticos psiquiátricos.

Ao percorrer as páginas de *Os Sertões*, analisamos uma gama de saberes utilizados pelo autor, constituindo ecos sociológicos, etnográficos, geológicos, psicológicos e, até mesmo, ficcionais. De acordo com Bernucci (1995), esse último elemento foi negado pelo próprio Euclides em seu discurso na Academia de Letras, pois, para ele, a ciência precisava se desviar da ficção literária, onde se praticava o subjetivismo. Fica claro, dessa forma, que o autor ancora sua narrativa no discurso da ciência positivista para entender o sertanejo, onde se percebe uma forte tendência ao biologismo. O pensamento filosófico do final do século XIX se apoiava no discurso de que apenas a ciência poderia explicar as relações econômicas, psicológicas e sociais da época. Assim, o sertanejo era considerado uma sub-raça, empecilho ao progresso da civilização e a representação do que chamavam de “involução biológica” derivada do cruzamento de negros, índios e portugueses.

Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará os esforços dos melhores espíritos [...] os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se; originam-se número igual de subformações [...] em uma mestiçagem embaralhada onde se destacam como produtos mais característicos o *mulato*, o *mameluco* ou *curiboca* e o *cafuz*. Teoricamente ele seria o *pardo*, para que convergem os cruzamentos sucessivos do mulato, do curiboca e do cafuz. (CUNHA, 2009, p. 73-74, grifos nossos).

Ao optar por um caminho metodológico que não pensa a história como um *continuum*, entende-se ser necessário voltar à origem para constituir um novo olhar. De acordo com Benjamin (2012), para compreender o tempo histórico se faz necessário apreendê-lo em sua intensidade, pois não existe nenhum acontecimento idêntico ao outro, todos os acontecimentos devem ser vistos como únicos. Essa abordagem propicia reconhecer a vida e as experiências de Antônio Conselheiro como as que a definiram, no tempo e no espaço, sua atuação, exigindo para sua análise um método que valorize e integre tanto aspectos objetivos quanto subjetivos. Tal objeto de estudo, considerando sua complexidade, pode ainda ser compreendido se não nos contentarmos com uma mera descrição e com seu enquadramento na moldura da história do Brasil, sendo necessário, antes,

revivê-lo tal como proposto por Benjamin (2012): buscando ecoar sua voz, libertando sua memória e tentando encontrar outras formas possíveis de inseri-lo no imaginário coletivo brasileiro.

Dessa maneira, nosso trabalho recolheu alguns fragmentos deixados à margem em livros considerados importantes para a compreensão de quem foi Antônio Conselheiro, matérias jornalísticas já agrupadas na obra de Walnice Galvão e poemas ou folclores da época. Posteriormente, expomos as passagens que identificam esse objeto com o intuito de formar uma constelação que possibilite analisar e compreender a identidade instituída desse sujeito, principalmente no que tange ao diagnóstico de psicose progressiva. Tal caminho, de acordo com os pressupostos benjaminianos, possibilita um novo olhar sobre aquilo que foi determinado, além de deixar a história em aberto, permitindo recontar o mesmo acontecimento inúmeras vezes, constituindo o que ele definiu redenção.

De acordo com Galvão (1994), Antônio Conselheiro e as pessoas que o seguiram foram reduzidas a um registro naturalista, que predominam nas análises da época, sendo privilegiados os diagnósticos de doença mental como uma tentativa de minimizar a tragédia promovida pela nascente república brasileira. O esgotamento e desânimo advindos da opressão brutal não geraram docilidade em seus corpos, ao contrário, esses foram capazes de ir além das condições objetivas existentes, possibilitando a criação do Arraial de Canudos, conhecido como Terra Santa. A Guerra de Canudos é um momento impresso na história que denuncia a barbárie e precisa ser rememorado pela população brasileira para que as vivências individuais e passageiras se tornem experiências, nos concedendo a perspectiva de transformação social. Segundo Benjamin (2012), a experiência está diretamente ligada à arte de contar, cada vez mais rara em nossa sociedade, e, a partir da transmissão da experiência pelo relato comum ao narrador e à comunidade, surge uma memória compartilhada, dando lugar a uma experiência coletiva.

Estudar história é o despertar de uma apatia, de uma repetição de movimentos culturais de produção dos conhecimentos existentes e uma interrupção, uma ruptura e uma descontinuidade da ideia de progresso e conseqüente desvalorização daquilo que é considerado inferior (BENJAMIN, 2012). Assim, ao invés de continuarmos narrando que Antônio Conselheiro foi apenas um psicótico, reduzido às possibilidades dadas pela sociedade da época, cuja ideologia dominante via o homem de forma individualista, nos propusemos a olhá-lo de outra forma, assumindo que sua identidade se constituiu em correlação com as condições sociais existentes na época. Como disse Cunha (2011), Conselheiro iria terminar em um hospício ou na história, porém, encontramos suas

memórias submersas no açude Cocorobó que inundou a Canudos destruída. A tentativa de destruí-lo pela força bruta e, posteriormente, pela ciência comprometida com o progresso e a modernidade podem ser, ambas, nos termos de Benjamin (2012), vistas como morte.

Em termos de organização, esta dissertação está dividida em dois capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. Na Introdução, situamos o leitor quanto ao objeto estudado e à teoria utilizada para embasar a pesquisa, além da metodologia empregada. A Conclusão é feita com base na imagem dialética da morte de Antônio Conselheiro, constituindo o que Benjamin (2012) chamou de experiência e, a partir disso, esperamos possibilitar a ampliação do nosso olhar sobre o sujeito Antônio Conselheiro e do momento histórico em que ele esteve inserido. Assim como a natureza faz os escombros da guerra emergirem todos os anos ao baixar o nível da água do açude, retornamos à origem, olhando os remendos e restos deixados de fora da história sobre Conselheiro e sentindo suas saliências históricas. “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2012, p. 244).

O primeiro capítulo compreende revisão de literatura, assim como o método de análise da história de Benjamin (2012), que prioriza a rememoração e a representação imagética dialética dos fragmentos históricos, inclusive daqueles inconscientes, dado que o autor partia de um pressuposto tácito da psicanálise de que entre sono e vigília há inúmeros estados de consciência, possibilitando inclusive estados oníricos, os quais ele considerava, particularmente, importantes para o desvelar da história.

No segundo capítulo, descrevemos o método utilizado e, de modo mimético às passagens benjaminianas, incorporamos a análise do estabelecimento da identidade de Antônio Conselheiro. No tocante ao método, no primeiro momento, discorremos sobre o entendimento da Teoria Crítica acerca do caminho percorrido, o qual não segue um modelo formal, onde o tempo também é entendido como descontínuo e cheio de interrupções.

Teoria crítica da sociedade

Em 1924, conforme Matos (2006), nasce um grupo composto por intelectuais que tinham como objetivo realizar, no espaço universitário, investigações científicas a partir da obra de Karl Marx. Eles se opunham ao anticomunismo dos meios acadêmicos alemães, trazendo à superfície um conteúdo pouco explorado relacionado à história do movimento dos trabalhadores e do

socialismo. Esse grupo de pensadores fica conhecido como Escola de Frankfurt (ainda hoje é chamado dessa forma em alguns círculos) e é composto por autores como Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse e outros, que marcam um lugar de oposição a todo pensamento da identidade e da não-contradição, nomeada por eles de Teoria Tradicional. Esses filósofos incorporaram elementos da teoria tradicional e os colocaram em tensão com o mundo presente com a finalidade de autocrítica e denúncia das ações de dominação social. Além disso, seus estudos questionavam a presença de tal dominação social para que ela não seja mais reproduzida e, para isso, se faz necessário o esclarecimento das contradições da sociedade.

Esse grupo de pensadores foi formado por pessoas de diversas áreas do conhecimento, como filosofia, literatura, história, psicologia, psicanálise etc., as quais fizeram contrapontos tanto à filosofia quanto à ciência por sacrificarem o indivíduo à totalidade, valorizando, assim, as singularidades e especificidades presentes em cada um. Segundo Matos (2006), ao se oporem à forma como o positivismo pensa a história - um encadeamento de eventos progressivos - a Escola de Frankfurt questiona a razão de a filosofia da história pensada por Marx tender a sacrificar o indivíduo. Para os pensadores frankfurtianos, nossa história carrega a marca da violência, sendo que a própria cultura justifica a existência dessa violência. Dessa maneira, eles postulam que o progresso traz consigo marcas de sofrimento e mostram o peso da repressão existente na sociedade ao recorrerem aos estudos psicanalíticos. A obra de Freud não foi apenas uma influência, mas uma interioridade constitutiva que permite a teoria pensar seu objeto e a si mesma.

Extremamente críticos às transformações sociais da época, em que as relações tradicionais davam lugar à racionalização e à formalização dos laços, a teoria concebida pela Escola de Frankfurt, conforme Matos (2006), configura uma escola de desencantamento. Esse desencantamento é fruto da modernização, em que o ponto de partida, pela ótica do iluminismo, não era mais o pensamento mítico, mas sim o pensamento racional, único capaz de resistir às ilusões do sentido. Desta feita, de acordo com Adorno e Horkheimer (1985), o século das luzes tinha como objetivo criar um projeto de conhecimento universal, cuja essência era a racionalidade voltada para clarificar, iluminar e esclarecer os fenômenos que circundavam os homens que, até então, eram explicados pelos mitos que compunham a tradição. Tal racionalidade iria assegurar o progresso intelectual, a estabilidade política e econômica, o controle da natureza e o aperfeiçoamento da moral, visto que ela pressupunha que só a consciência livre poderia superar as complexas questões metafísicas de difícil compreensão. Nesse caso, a dimensão cognitiva do

indivíduo, no que concerne a busca por respostas confiáveis sobre os fenômenos do mundo, passa a imperar diante de outros caminhos do conhecimento, principalmente daqueles radicados na afetividade e fantasia. Vale considerar o notável desenvolvimento da atividade científica durante esse período para compreender as críticas tecidas pelos estudiosos da Teoria Crítica da Sociedade ao modelo de razão dominante na Modernidade. Os frankfurtianos, entre outras coisas, criticavam a crença de que apenas o modelo empirista e sua confiança nas práticas experimentais poderia gerar explicações confiáveis acerca dos eventos, tendo em vista que tal visão levava a um descrédito nos discursos embasados na temporalidade histórica, onde a imaginação não seria uma narrativa confiável ou que pudesse comunicar a história de forma exata.

Dessa forma, esse grupo de filósofos não concordava plenamente com a necessidade de reconhecer os limites da razão e a necessidade desse controle epistêmico das paixões, devido ao seu caráter pouco confiável para a busca de verdades, pois, segundo Matos (2006), esse desejo pelo conhecimento não deixa de ser uma paixão angustiada à vista da intensidade das intenções. Para Benjamin (1984), essa vontade de iluminação e o distanciamento do sujeito de si mesmo e do vivido levaria a um duplo movimento, de repulsa e atração dos objetos, aproximando e distanciando o que se deseja esclarecer. A necessidade exacerbada de encontrar a evidência pura foi comparada pelo referido autor a um estado melancólico, pois o ato de esmiuçar os objetos em busca de uma essência só se torna possível através do esvaziamento de suas características interiores. Nessa continuidade, Benjamin (1984) diz que a fixação na iluminação pode acabar na idealização do sujeito, cujo preço é a sua própria dessubjetivação. Nesse sentido, a noção de homem gerada pelo iluminismo e amadurecida na modernidade se aproxima de uma relação instável e fugaz com o mundo. O avanço do mercado, a reprodutibilidade técnica das mercadorias e a massificação cultural delimitam o cenário existencial instável e marcado por rápidas transformações que não obedecem a padrões determinados. Nesse palco habita o sujeito moderno.

Como bem lembra Matos (2006), os filósofos frankfurtianos tomam essas formulações como centrais para pensarem na insuficiência da teoria revolucionária clássica marxista, representando uma subversão a filosofia tradicional ao trazerem à superfície o que era considerado periférico, inacabado e desimportante. Entretanto, a tentativa de recuperar o contraditório não tem como objetivo construir uma visão fechada e dedutiva de verdade, mas, ao contrário, dá lugar ao mutável, efêmero, capturando o transitório para, posteriormente, se libertar da ideia tradicional e

dogmática de verdade. Assim, para Benjamin (1984), a Escola de Frankfurt pode ser vista mais como linguagem do que na forma de livro ou de sistemas persuasivos.

As concepções teóricas, ao serem tensionadas com as categorias sociais estabelecidas sob um indivíduo, revelam que não existe apenas uma narrativa possível para descrever a vida. Afinal, as tentativas de definir um sujeito, ao criarem uma identidade que o definia, derivada da lógica positivista, o colocam como um sujeito que é apenas sujeito do conhecimento, sem suas emoções, memória e história, devendo-se abstrair de sua natureza o que é mera aparência, restando o estável e permanente. Conforme Matos (2006), esse sujeito que é pura consciência de si não é passível de dúvidas sobre si e sobre a natureza, afinal, ele já dominou a natureza interna e externa, encontrando-se em terra segura no pensamento, onde as possibilidades de espanto são reduzidas. Essa racionalidade que tenta separar o sujeito do objeto, natureza e cultura, corpo e alma, coloca as emoções, imaginação, memória e o sentido como prejudiciais ao pensamento. Porém, por mais que a ciência tente controlar a natureza eliminando os acasos por seus cálculos matemáticos, ela não controla as incoerências da vida.

Nesse sentido, mergulhar nas águas turvas do açude Cocorobó se fez necessário. Ali existem fragmentos de memória e história que não foram integrados à narrativa oficial sobre a história de vida de Antônio Conselheiro, dificultando outros olhares possíveis para a Guerra de Canudos. Conforme Benjamin (2012), o componente autoritário da história é que ela impõe ao presente a violência como repetição, sendo que ela é unidimensional, sempre contada do ponto de vista do vencedor, comandada a partir dos mortos deitados no chão.

Fragmentos históricos dos estudos de Benjamin

Walter Benjamin (1892-1940), cujos estudos foram base para a consecução deste trabalho, foi um dos principais representantes da Teoria Crítica da Sociedade. Por alguns, foi considerado das letras e, por outros, filósofo; suas ideias desafiam a ordem cronológica tradicional, não podendo ser reduzidas a uma única interpretação. Sua teoria apresenta um caráter inovador ao convergir diferentes correntes do pensamento que se contrastam em sua origem e, por vezes, aparentam ser completamente opostas. Para nós, parece ser imprescindível discorrer de forma resumida acerca das três fontes utilizadas por Benjamin como base para a construção de sua filosofia da história - que, conforme Löwy (2005), não se constitui como um sistema filosófico, mas antes tem a forma

de ensaio - o Romantismo alemão, o messianismo judaico e o marxismo. “[É] preciso reconhecer o alcance muito mais amplo de seu pensamento, que visa nada menos do que uma nova compreensão da história humana. [...] [S]ua reflexão constitui um todo no qual arte, história, cultura, política, literatura e teologia são inseparáveis” (LÖWY, 2005, p. 58).

Segundo Löwy (2005), Benjamin nasceu em uma família judia no final do século XIX e não concordava com os valores culturais dos pais, o que o levou a romper alguns paradigmas da tradição judaica. Na época, existiam duas possibilidades legítimas de rebelião, o sionismo e o marxismo, ambos experimentados pelo autor sem entusiasmo, pois logo percebeu que as duas ideologias se confrontavam com hostilidade. A origem judaica foi de grande importância em seu percurso teórico, por desempenhar um papel não só espiritual como também social. À vista disso, em sua juventude, Benjamin entra em contato com o Romantismo, que, de forma resumida, faz uma crítica à cultura da sociedade capitalista, dita moderna, e seus respectivos valores, apontados por ele como pré-modernos, devido à fixidez das relações, à perda da autoconsciência e da autonomia, à automatização da vida e à perda do encantamento do mundo. Essa referência ultrapassa as dimensões artísticas ou literárias do século XIX para tornar-se uma forma de pensamento sensível e um novo olhar para a humanidade. Löwy (2005) afirma que essa visão nostálgica, caracterizada por suas ideias teológicas, estéticas e historiográficas, faz parte da tentativa de *reencantamento* como um ato revolucionário, não configurando apenas um retorno ao passado, mas “um *desvio* por esse [o passado], rumo a um futuro utópico” (LOWY, 2005, p.19), em que o religioso ocupa um lugar de extrema importância.

Benjamin, como relata Löwy (2005), passa toda sua vida tentando construir uma ponte entre duas imagens utópicas, as messiânicas e as revolucionárias, pois, para ele, no centro da noção romântica de tempo e história encontra-se o messianismo. A partir da articulação dessas imagens, emerge a questão metafísica da noção de tempo histórico.

Benjamin opõe a concepção qualitativa do tempo infinito (*qualitative zeitliche Unendlichkeit*), ‘que decorre do messianismo romântico’ e de acordo com a qual a vida da humanidade é um processo de realização e não simplesmente de devir, ao tempo infinitamente vazio (*leere Unendlichkeit der Zeit*), característico da ideologia moderna do progresso (LÖWY, 2005, p. 132, grifos nossos).

A oposição de Benjamin (2012) à noção de progresso o leva a articular o materialismo histórico-dialético de um jeito diferente do vigente na época, já que, diferentemente do marxismo

evolucionista, que acreditava na revolução como causa natural do progresso, ele a via como uma interrupção do avanço catastrófico da história. Tal concepção o dirige à posição do revolucionário pessimista - ponto de convergência entre o Surrealismo e o comunismo -, caracterizado como ativo e prático, tendo como objetivo evitar o pior, opondo-se à ideologia do progresso linear, ao otimismo sem consciência e, até mesmo, o pessimismo fatalista. Um de seus objetivos era excluir a noção de progresso do método materialista dialético, possibilitando “[...] aprofundar e radicalizar a oposição entre o marxismo e as filosofias burguesas da história” (LÖWY, 2005, p. 219).

Em sua tese de livre docência na Universidade de Frankfurt, **Origem do Drama Barroco Alemão** de 1925, Benjamin (1984), apesar de ter como objetivo a crítica da arte, estabelece que a estrutura de tempo eternizado devia ser alvo de intervenção. Porém, de que forma seria possível interromper o tempo? Ou, qual a diferença entre o contar histórico e a formulação de uma teoria histórica? Para ele, ambas são questões formais de gênero textual, pois, ao contar uma história, pode-se privilegiar os acontecimentos que ocorrem sempre da mesma forma, a vitória dos vencedores, ou seja, uma linha histórica fiel ao progresso, o que ele denominou contagem. Outro modo poderia valorizar as possibilidades de interrupção existentes em cada presente, a contação, um modo epistemológico que busca conhecer formas distintas de apresentar uma ideia no tempo. Trata-se de um movimento interminável de idas e vindas, um descaminho. A verdade, então, surge em fragmentos a partir desse movimento próprio do tratado, termo filosófico que tem origem medieval e foi comparado por Benjamin ao mosaico – arte decorativa que consiste em criar figuras geométricas ou abstratas a partir da justaposição de pequenos fragmentos materiais.

A partir dessa visão de integrar o que escapa a certas narrativas tomadas como verdade, compreendemos que, para fazer a análise aqui proposta, torna-se imprescindível resgatar fragmentos históricos deixados à margem da história, estando eles “no fundo das águas do açude Cocorobó”. Para ilustrar o exposto, citamos o livro de Walnice Galvão (2006), **No Calor da Hora**, publicado em 1994, onde a autora apresenta uma coleção de artigos jornalísticos publicados na época da Guerra de Canudos, retratando a forma como ela foi narrada para a sociedade brasileira. Tais narrativas são compostas de diversos elementos heterogêneos e, por vezes, contraditórios acerca dos acontecimentos, mas a alcunha de psicótico dada ao líder messiânico, Antônio Conselheiro, prevaleceu em praticamente todas elas. O excerto seguinte é um exemplo retirado do livro citado, mostrando parte do testamento redigido por João Brígido a respeito do Conselheiro.

É minha opinião, conhecendo-o desde as primeiras letras, que Antônio Conselheiro não passa atualmente de um monomaníaco. Em criança já sofria os desarranjos mentais, que se agravaram na idade senil, por tantos infortúnios. Seu pai Vicente Maciel, tinha momentos também de enlouquecimento completo (GALVÃO, 2019, *Kindle Locations* 1682-1685).

Tendo em vista o exposto, nosso trabalho objetiva percorrer os pressupostos da Teoria Crítica que nasce na Alemanha dos séculos XIX e XX e, ao adotar a noção de história em fragmentos, de decomposição e ruínas, que não possibilita uma experiência identitária entre razão e realidade, concebemos, a partir de Matos (2006), que ela irá ocorrer nos intervalos entre homem e natureza, em um lugar onde o saber não é definitivo e onde não há garantia de desenlaces históricos. Sendo assim, mais do que realizar um trabalho conclusivo ou encontrar soluções, buscamos evidenciar um questionamento que nos parece relevante, qual seja o da possibilidade de um novo olhar sobre um sujeito, Antônio Conselheiro.

Narração, história e memória

A teoria narrativa de Walter Benjamin é indissociável da questão da memória, pois toda atividade do narrar se constitui pelo movimento de lembrar e esquecer, em que a relação entre o narrador e o ouvinte fica dominada pelo interesse em preservar o narrado, uma vez que “[a] memória é a faculdade épica por excelência” (BENJAMIN, 2012. p. 227). Em seu texto **O Narrador**, Benjamin (2012) elucida que, por mais que o conceito de narrativas nos pareça familiar, ele está cada vez mais distante de nossa realidade. As pessoas que sabem a arte do narrar estão se tornando escassas e a experiência com o passado, no sentido de *Erfahrung*, que é fundamental para narração por representar a essência da continuidade da comunicabilidade, está em extinção.

Esse declínio das narrativas começa após as experiências traumáticas da Primeira Guerra Mundial, em que os soldados voltavam dos campos de batalha mudos, ainda mais pobres na experiência de se comunicar e sem histórias para contar. Com efeito, a extinção da narração tradicional traz consigo uma transformação dos gêneros literários e uma crise da tradição, o que pode ser visto nos inumeráveis livros, publicados 10 anos depois, cujos relatos escritos não davam conta de transmitir a mesma experiência dos relatos orais. Segundo Gagnebin (1994), esse período corresponde a um momento de sujeição do indivíduo à técnica, sendo que as transformações ocorridas eram tão rápidas e de maneira tão total, que não fomos capazes de assimilá-las pela

palavra. Essa ausência, causada pela dificuldade de se contar uma história, resulta em um processo de dupla interiorização, em que os valores individuais privados substituem as certezas coletivas. Assim, a história do “si” vai ocupando o lugar vazio deixado pela história comum.

Nesse contexto, Benjamin (2012) situa a diferença entre seus conceitos de “experiência” e “vivência”. O primeiro, *Erfahrung*, está relacionado àquilo que é comum a todos, podendo ser visto como um encontro entre a memória do passado individual com o passado coletivo; enquanto vivência, *Erlebnis*, se refere à vida do indivíduo particular, algo que não pode ser compartilhado e, conseqüentemente, empobrece a experiência. Dessa maneira, a figura do narrador tradicional só pode ser alcançada quando esse tem como fonte as experiências que passam de boca em boca e que, ao serem escritas, quase não se distanciam das histórias orais contadas pelos diversos narradores anônimos.

Se o narrador tradicional tece sua história a partir de experiências comuns, suas narrativas não poderiam carregar um contexto psicológico ou uma explicação dada previamente. De acordo com Benjamin (2012), as narrativas tradicionais tinham como objetivo contar uma história, deixando o leitor livre para interpretá-la como quisesse. Em razão disso, a história não se esgotava e conservava suas forças, sendo possível, mesmo depois de muito tempo, desdobrar-se. “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história” (BENJAMIN, 2012, p. 221). Sendo assim, a rede tecida por milênios através do trabalho manual, que guardava o dom do narrar, está se desfazendo em todas as suas pontas.

Ainda no texto **O Narrador**, Benjamin (2012) diferencia o ato de contar uma história do ato de dar uma informação e alegando que, na medida que as narrativas vão desaparecendo, cresce a difusão de informações. Todos os dias recebemos uma quantidade enorme de notícias sobre o mundo e, no entanto, empobrecemos nossa capacidade de contar histórias surpreendentes. Uma explicação de Benjamin (2002) a isso é que as informações já estão impregnadas com explicações e, por isso, não atingem a mesma amplitude que as narrativas, que são, por sua vez, um processo artesanal de comunicação como o da argila do vaso, que, ao se modificar, incorporam as marcas do oleiro. Ele afirma que a narrativa também tem impressa as marcas dos diversos narradores e a arte de narrar não tem, então, intenção de transmitir uma informação ou relatório, mas objetiva ir além da descrição de um contexto ou circunstância, atribuir à narrativa uma vivência própria.

Desta feita, podemos nos questionar como preservar em uma narração seu caráter salvador do passado, ou ainda, como deixá-la inacabada, preservando o movimento paradoxal de restauração e abertura característicos do conceito de origem. De acordo com Gagnebin (1994), o esforço do historiador materialista em salvar o passado não encontra dificuldade apenas no fim da tradição de uma experiência compartilhada, mas em um sofrimento que, ao tornar-se realidade, não é passível de comunicação, não se dobra diante das palavras disponíveis. Para a autora, Benjamin deixa duas pistas de como poderíamos nos aproximar do proposto, sendo elas sua definição de conselho verdadeiro e a relação descrita entre morte e narração.

O narrador era um homem que sabia dar conselhos ao ouvinte, não necessariamente dar uma resposta a uma pergunta específica, mas antes fazer uma sugestão sobre os caminhos que uma história poderia percorrer. O ato de aconselhar tem uma relação profunda com a vida vivida, exigindo do narrador sabedoria, o que, para Benjamin (2012), está em extinção. Além disso, para fazer uma sugestão seria preciso saber primeiro narrar a história, colocá-la em palavras sem um fim definitivo. Entretanto, as transformações estéticas da modernidade, que subverteram a política, a cultura e a arte, acarretaram mutações na percepção coletiva e individual e, assim, essa prática passa a ser considerada inadequada e as experiências perdem sua comunicabilidade. Conselho e sabedoria fazem falta e, para reencontrar os fios perdidos que os tecem, não existe atalho. Nesse sentido, Benjamin (2002) afirma existir uma necessidade de perseverar no campo das narrativas, citando como exemplo grandes obras literárias contemporâneas, como as de Kafka e Proust.

Com efeito, Benjamin (2002) resiste à tentação de dizer que existe uma salvação utópica e consoladora para o fim da narrativa, pois, para ele, isso está intimamente ligado às mudanças sociais ocorridas ao longo do século XIX no processo de morrer, que corresponde também ao término da antítese e à perseguição pelo constantemente novo. Por essa via, morrer e narrar têm um laço essencial, em que o narrador mais autêntico é aquele que se encontra em seu leito de morte. Ao estabelecer uma nova relação com a morte, portanto, com nossa negatividade e finitude, seria possível estabelecer um novo tipo de narrativa. Narrar ultrapassa os limites de uma vida e, nessa direção, todos os narradores têm a habilidade comum de transitar nas múltiplas experiências que possuem – “[s]eu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira” (BENJAMIN, 2012, p. 240).

Conceito de origem

Toda ideia tem uma origem. Mas, que sentido se atribui a esse conceito? Em alguns escritos de Benjamin, principalmente na **Tese XIV** e em seu livro **A origem do Drama Barroco Alemão** (BENJAMIN, 1984) observamos que o conceito de “origem” (*Ursprung*), em sua teoria filosófica, é considerado uma categoria totalmente histórica, pois a ideia emerge de certas configurações objetivas, como forma dotada de uma estrutura. Porém, não guarda nenhuma relação com a gênese. “O termo origem não designa o vir-a-ser daquilo que se origina, e sim algo que emerge do vir-a-ser e da extinção” (BENJAMIN, 1984, p.67). Nesse sentido, não podemos apreender algo no seu “início”, mas apenas em seu desenrolar histórico, pois a origem é uma fonte que está sempre pulsando e, graças à sua insistência, as coisas podem sustentar-se como existentes.

Gagnebin (1994) nos lembra que gênese se difere de origem da mesma forma que história natural é diferente de história enquanto processo total de desenvolvimento. Benjamin (2012) nos remete, então, à noção de história clássica para retomar os conceitos gregos de história, pesquisa e informação, que estão relacionados à prática de investigação do real sem o objetivo de explicá-lo. A história visa o exercício de coletar, separar e expor elementos. Essa atividade, comparada à atitude do colecionador, não guarda semelhanças com a técnica do historiador moderno, que busca estabelecer relações de causalidade entre os acontecimentos do passado. Os artigos então coletados pelo historiador não serão submetidos às ordens de uma sequência lógica exterior, sendo antes apresentados como peças de um museu, que guardam sua unicidade e singularidades. Dessa forma, a pesquisa detém-se no estudo do fenômeno como tentativa de devolver ao objeto sua dimensão de único e irreduzível, com o objetivo de preservá-lo do esquecimento e destruição.

A *Ursprung* aponta a origem como salto para fora da linha cronológica linear com a qual estamos acostumados. Ela quebra a linha do tempo e realiza cortes no discurso da historiografia oficial, “[a] história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de tempo de agora” (BENJAMIN, 2012, p.249). Assim, Benjamin (2012) ao relembrar a antiga república Romana de que o revolucionário Robespierre se apropriou, expõe sua tentativa de fazer o passado congelado e carregado de tempo de agora saltar para fora do *continuum* histórico. Esse tipo de construção histórica originária é comparado, por ele, à moda, que, sob o controle das classes dominantes, pula como um tigre para pegar sua presa no passado. Esse salto livre de dominação é o mesmo pulo dialético da revolução.

Gagnebin (1994) pondera que algumas leituras afirmam que a filosofia benjaminiana é movida por um desejo nostálgico de retornar ao passado, à origem matinal. Entretanto, para a autora, trata-se de enxergar a origem como saltos e recortes que estilham a noção de tempo linear da história oficial. Benjamin (2012) desenvolve, em sua **Tese XV**, que é necessário ter a consciência de fazer explodir esse *continuum* da história, esse tempo infinito, como os revolucionários de julho de 1830 fizeram ao dispararem contra os relógios nas torres, marcando a necessidade de parar o tempo para permitir que o passado esquecido ou recalcado pudesse ser retomado e resgatado no presente.

Segundo Benjamin (1984), não é possível encontrar o originário no universo dos fatos brutos, pois seu ritmo só se revela ao se reconhecer que ele tem um movimento duplo, por um lado, de restauração e, por outro, é incompleto. Como mencionado anteriormente, a forma é histórica na medida em que se origina, mas pode ser vista também como a-histórica quando apreendida em sua estrutura e, nesse sentido, cabe ao investigador descobrir, a partir da técnica de isolar os aspectos extremos de um objeto, a organização interna dessa estrutura. A análise estrutural nos leva, então, à origem, permitindo, também, decifrar a pré e a pós-história, fixadas, na estrutura como uma história que alude ao tempo linear, mas são, na realidade, intemporais. Sendo assim, de acordo com o autor, a perspectiva estrutural se difere da investigação historicista na medida em que a última considera apenas os encadeamentos cronológicos, descobrindo o antes e o depois, enquanto a primeira busca as afinidades internas de um objeto, independentemente do tempo que as distancia, atingindo, assim, a pré e pós-história.

A tarefa do pesquisador se inicia aqui, pois ele não pode considerar esse fato assegurado, antes que sua estrutura interna apareça com tanta essencialidade, e que se revele como origem. O autêntico - o selo da origem nos fenômenos - é objeto de descoberta, uma descoberta que se relaciona, singularmente, com o reconhecimento (BENJAMIN, 1984, p.68).

Benjamin (1984) explicita que a história filosófica, quando vista como ciência da origem, permite o aparecimento, através dos extremos mais distantes e dos excessos resultantes do processo de desenvolvimento, da configuração da ideia. A representação dessa ideia segue o caminho dos extremos virtualmente, pois o seu conteúdo está presente na história, mas não possui um acontecer que poderia afetá-la. Para ele, a história de uma ideia é interna e não pode ser entendida como infinita, mas como algo relacionado ao essencial, sendo que esse entendimento de uma ideia como

infinita permitiria o conhecimento da pré e da pós-história de sua essência. Gagnebin (1994) expõe que, nesse mesmo contexto, o filósofo apresenta o conceito de mônada, para ressaltar a diferença entre o modelo físico e biológico da causalidade histórica, uma noção que indica que a própria totalidade pode ser encontrada no objeto particular. Tal ideia pode ser encontrada no prefácio do livro **Origem do Drama Barroco**, onde Benjamin (1984) afirma que a ideia é mônada, na medida que, em cada mônada, é possível encontrar todas as demais, pois “nela reside, preestabelecida, a representação dos fenômenos, como sua interpretação objetiva” (BENJAMIN, 1984 p.70).

No prefácio, Benjamin (1984) retoma a ideia de redenção platônica para lembrar que mesmo que encontremos na ideia uma série de manifestações históricas, ela não constitui uma unidade a partir delas e sua doutrina é interpretada como uma tentativa de salvar os fenômenos. Visto que, a busca da verdade se dá pela rememoração e não pela aquisição de conhecimento a partir da indução ou dedução. Se faz necessário considerar a realidade dos objetos de forma crítica para nela encontrar as marcas de uma outra configuração ideal.

Sobre o conceito de história

Sobre o conceito de história (BENJAMIN, 2012) é o último texto conhecido de Benjamin e um dos mais importantes de sua obra. Segundo Löwy (2005), foi escrito um pouco antes do suicídio de Benjamin, em 1940, em decorrência do fracasso da sua fuga da Gestapo. Algumas de suas Teses são consideradas as mais relevantes no meio filosófico e político do século XX e estão permeadas de alegorias e imagens, além de serem constituídas por paradoxos e instituições que, por vezes, causam desconcerto no leitor. As Teses de Benjamin não guardam relação direta com o conceito de tese e devem ser entendidas de maneira ampla, como exercícios do pensamento, pois são experimentos que se relacionam entre si como as estrelas em uma constelação. Löwy (2005), em seu livro dedicado às Teses de Benjamin, alude a uma carta que Benjamin escreveu a Adorno no ano de sua morte para explicar o objetivo do ensaio, que era o de realizar um corte entre o olhar deles e o do positivismo. Esse último, para Benjamin, povoava inclusive as concepções de história da própria esquerda. Nesse sentido, o que mais encontramos nas Teses não é um dualismo para descrever a relação entre materialismo histórico e teologia, visto que não existem dois polos opostos, ou uma tentativa de mantê-los separados pelo conceito, mas uma sobreposição de temas em uma mesma montagem com o intuito de criticar o evolucionismo social-democrata, o marxismo

vulgar e o historicismo conservador. Não se trata, então, de um lado, do Marxismo de Brecht e, de outro, do Judaísmo de Scholem, mas da presença simultânea de ambos no pensamento benjaminiano.

Essa simultaneidade de elementos de origens distintas que o positivismo moderno insiste em manter separados, surge já na primeira Tese através do anão da teologia e o boneco do materialismo histórico. O anão, que é natural, mágico e fantástico, e o boneco, visto como artificial, científico e racional, compõem uma só, ainda que frágil, criatura. Nesse ensaio, Benjamin (2012) descreve um autômato que tinha como objetivo sempre ganhar os contra lances no jogo de xadrez. No ambiente em que se encontrava, existiam uma sequência de espelhos que criavam a ilusão de que a mesa era totalmente transparente, mas, no fundo, escondia um anão corcunda mestre no xadrez, que conduzia os cordões do jogador. Esse era, na realidade, um fantoche, que o autor compara ao “materialismo histórico”, cuja função era sempre ganhar. Assim, tanto o fantoche conduzido pelo anão quanto o “materialismo histórico” poderia enfrentar qualquer adversidade se tomassem a teologia a seu serviço, mesmo que, atualmente, ela seja feia e pequena.

De acordo com Löwy (2005), esse texto nos mostra a relação paradoxal estabelecida pelo filósofo entre teologia e materialismo ao utilizar imagens irônicas para dar conta da temática. Por exemplo, a etimologia do termo “autômato” é autônoma não passível de ser controlado por alguém, apenas por si mesmo, ou por eles mesmos na sua múltipla composição. De fato, o anão tanto controla o boneco quanto está a serviço dele. Esse boneco, ou marionete, chamado de “materialismo histórico”, ganha as aspas para mostrar que ele não estava falando do verdadeiro materialista, mas daqueles que costumam se chamar assim, citando como exemplo os grandes porta-vozes do marxismo da época. Eles, para Benjamin (2012), enxergavam no materialismo histórico um método em que a história se torna uma máquina que automaticamente leva vitória ao socialismo. Ou seja, para esse grupo, o desenvolvimento das forças produtivas e o progresso econômico levam ao capitalismo, à crise e a sua conseqüente derrocada, culminando na vitória da classe operária e nas reformas da sociedade. Entretanto, o filósofo não acredita que esse caminho os leve ao triunfo, pois, para lutar contra o fascismo é necessário interpretar a história de forma correta e não será um boneco sem alma e vazio de sentido que ganhará a partida.

Dessa forma, o materialismo histórico precisa da ajuda da teologia, a qual é representada, nessa alegoria, pelo anão escondido na máquina. Esse personagem foi construído, conforme Löwy (2005), a partir de um conto de Edgar Allan Poe (1981) conhecido como **O jogador de xadrez de**

Maelzel, onde se encontra, na conclusão, a afirmação de que as operações do autômato são reguladas pelo espírito. Para Benjamin (2012), o materialismo histórico não poderá vencer sem o espírito messiânico, pois graças à ação revigorante do anão o conjunto se torna vivo e ativo, mesmo que a teologia, assim como o anão, só possa agir de forma oculta no interior do materialismo histórico diante de uma época dominada pelo racionalismo. A relação dialética que o filósofo constrói entre materialismo histórico e teologia é de extrema importância para entendermos que a segunda está a serviço do primeiro, pois ela não é um objetivo em si e, muito menos, a reflexão sobre o Ser divino, está a serviço da luta dos oprimidos. A teologia será utilizada para restabelecer, como diz Löwy (2005), a força messiânica e revolucionária do materialismo histórico.

Se, no primeiro ensaio, encontramos essa montagem a partir de elementos transpostos de tradições distintas, o segundo sugere um encontro secreto entre passado e presente. A grande marca desse encontro está em não levar em consideração apenas o ocorrido, mas, também, o não ocorrido. A segunda Tese se dedica, então, à questão da felicidade e da redenção. O conceito de redenção é um dos principais conceitos teológicos de Benjamin, *Erlösung*. No primeiro momento, ele situa a redenção na esfera do indivíduo, em que a felicidade pessoal levaria à redenção de seu próprio passado através de uma reparação. “A imagem da felicidade está indissolúvelmente ligada à da redenção” (BENJAMIN, 2012, p. 241). Ao avançar na leitura, nota-se que essa redenção individual passa para o campo coletivo, afinal “existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa” (BENJAMIN, 2012, p. 242). Percebemos que, diferentemente da representação tradicional que projeta as fantasias no futuro através de expectativas do presente, a representação benjaminiana apresenta que todo o potencial do passado deve ser atualizado no futuro. Por esse ângulo, o encontro entre passado e presente está marcado no futuro, e o presente, por sua vez, só se encontra onde está porque o passado o colocou em seu futuro. Para compreendermos melhor esse caminho, Löwy (2005) traz vários fragmentos de Lotze, escritor idealista alemão citado no início da Tese, em que ele rejeita as visões de história que desconsideram as reivindicações das épocas passadas e que enxergam o sofrimento das gerações anteriores como algo perdido, porque, para ele, o progresso também deveria ocorrer para essas gerações de forma misteriosa. Benjamin (2012) faz alusão a essas ideias ao escrever que a redenção só ocorrerá quando rememorarmos a história das vítimas do passado.

Contudo, a rememoração das injustiças passadas não é suficiente e, conforme Benjamin (2012), precisamos de uma reparação do sofrimento dos vencidos e da realização dos objetivos

pelos quais lutaram e não alcançaram. De acordo com Löwy (2005), é atribuído um caráter teológico redentor à noção de lembrança, pois torna o sofrimento inacabado das vítimas do passado em sofrimento com seus contornos aparentemente delineados. Assim, redenção, para Benjamin (2012), tem um caráter tanto teológico quanto profano, o primeiro ocorre quando se refere à libertação dos oprimidos, a uma tarefa atribuída a nós pelas gerações anteriores, e o segundo tem relação com a ideia de que Deus está ausente, cabendo inteiramente ao ser humano a tarefa messiânica. Benjamin (2012) deixa claro em suas Teses que não existe um messias enviado do céu, pois o único messias seria a própria humanidade oprimida, sendo que cada geração tem um certo poder para lutar e deverá exercê-lo. A redenção é, de certa forma, uma autorredenção, e as exigências vindas do passado deverão ser atendidas pelos homens que fazem a própria história, tendo a consciência de que tal libertação só será atingida caso atendam as reivindicações das vítimas da história. Em vista disso, a redenção é apenas uma pequena possibilidade para nos agarrarmos a uma tarefa revolucionária que se realiza no presente.

Os passados não realizados são objeto da terceira Tese, onde Benjamin (2012) faz uma crítica à noção de história enquanto acumulação, que desconsidera a relevância do luto e do esquecimento, levando o autor a se preocupar com os pequenos desvalorizados pelas obras, coletivos políticos, ideias e a ideologia dominante. “O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 2012, p. 242). Essa citação, de certa forma, liga-se à Tese anterior, já que, mais uma vez, a lembrança está no centro da relação teológica com passado e redenção. Em concordância com Benjamin (2012), a redenção exige a lembrança completa do passado sem diferenciar os acontecimentos ou indivíduos, pois, enquanto os sofrimentos de uma única pessoa forem esquecidos, não haverá libertação. Em seu escrito **O Narrador**, Benjamin (2012) menciona a salvação final de todas as almas ao escrever que cada momento vivido transformar-se-á em uma citação em ordem do dia e esse dia é o do juízo final, assim, redenção quer dizer que cada vítima do passado será salva do esquecimento e citada no presente, lembrada e honrada.

Um contar da história é diferente de uma contagem, como mencionamos em tópicos anteriores, pois leva em consideração elementos conscientes e inconscientes, além de componentes inclassificáveis. Dessa maneira, pensar em justiça no futuro não se relaciona apenas às injustiças do presente, mas a todas aquelas já cometidas e ainda não redimidas. Essas proposições encontram-

se com certas demandas políticas brasileiras atuais. Quando alguns grupos buscam justiça histórica pela Guerra de Canudos – onde pessoas desarmadas foram brutalmente assassinadas por irem contra a ideia imposta de progresso para época –, trata-se de uma forma de recontar e elaborar esses fatos passados julgados pequenos para alguns historiadores durante séculos. Uma sociedade brasileira emancipada, por exemplo, só seria possível caso todas as vítimas de Canudos fossem lembradas e suas histórias interrompidas fossem ressaltadas, remontadas e recontadas em diferentes línguas. “Somente a humanidade redimida obterá seu passado completo” (BENJAMIN, 2012, p.242). Segundo Löwy (2005), o filósofo utiliza o termo apocatástase que, além de salvação, significa retorno ao estado originário, ou seja, uma restituição integral.

A partir de Löwy (2005), compreendemos que Benjamin, ao fazer inúmeras referências ao materialismo histórico, não tentou substituir Marx pelo socialismo utópico. Na realidade, sua tentativa era de enriquecer a cultura revolucionária com os elementos do passado carregados de esperança utópica. Para Benjamin (2012), o marxismo só faz sentido se herdarmos e executarmos os vários séculos de lutas e sonhos de emancipação deixadas em testamentos imaginários. Existe, na filosofia de Benjamin, então, a dialética do espiritual e material, em que a luta de classes vai além do modelo mecanicista da infraestrutura e superestrutura, pois, para ele, a luta é material, mas a motivação dos atores sociais é espiritual. Dessa forma, Löwy (2005) orienta que o conceito mais importante para o materialismo histórico de Benjamin é a luta de classes, possibilitando a compreensão do presente, passado e futuro – é o lugar onde teoria e práxis se encontram.

Benjamin (2012) não buscava no passado o desenvolvimento das forças produtivas ou suas relações, mas a luta travada entre oprimidos e opressores e, dessa maneira, a visão linear de história ressalta a sucessão de vitórias dos exploradores e a série de derrotas das classes exploradas. Nesse sentido, ao se opor à noção de progresso e de história como acúmulo de conquistas, Benjamin (2012) olhará de baixo, pelo lado dos vencidos. Cada embate que envolve os oprimidos traz à tona não só a questão da dominação dessas pessoas no presente, mas também as vitórias do passado. Benjamin (2012) contesta a noção evolucionista do marxismo em decorrência do fato das lutas atuais colocarem em xeque as vitórias dos opressores, questionando a legitimidade do poder das classes dominantes. Por esse ângulo, a relação entre passado e presente não pode ser vista de forma contínua, mas dialética, pois o presente clareia o passado e o passado, ao ser iluminado, torna-se uma força no presente.

Essa questão temporal também é encontrada na quinta Tese, em que Benjamin (2012) deixa mais nítido o que ele chama de passado. Como vimos na terceira Tese, a busca era por uma atualização deste passado no futuro redimido, então essa imagem do passado não está sempre a mão como na visão historicista, ela está sempre em movimento de fuga. Existe, assim, uma inversão temporal, porque o passado, para Benjamin, é móvel e só pode ser capturado através de suas imagens. Não existe um único passado ou uma imagem correta dele, mas, a cada presente atualizado, se conduz uma imagem fugidia do passado que ameaça desaparecer se não for capturada e reconhecida. “O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade” (BENJAMIN, 2012, p.243). Trata-se de uma busca para encontramos a constelação formada por fragmento do passado com um instante do presente.

Como explica Löwy (2005), há uma dimensão política e ativa na relação com o passado – como ocorre entre rememoração e redenção –, pois o conceito de presente cria uma conexão entre a escrita de um fato histórico e a política. O presente cria imagens que podem ser descritas como dialéticas por representarem uma intervenção salvadora da humanidade. Na quinta Tese, é possível compreendermos melhor o conceito de dialética de Benjamin, compilado, conforme Löwy (2005), a partir da linguagem hegeliana-marxista, em que a ideia paradoxal é formada pelos conceitos teológicos e seus equivalentes revolucionários, pois a intervenção salvadora tem como objeto tanto passado quanto presente, afinal rememoração e redenção são inseparáveis. Nesse sentido, a imagem salvadora visa a superação das contradições encontradas entre passado e presente, teoria e prática. Ainda de acordo com Löwy (2005), o filósofo compartilhava com Proust a preocupação de salvar o passado no presente, devido a uma semelhança que os transforma. O passado pode ser transformado ao se deparar com a possibilidade de assumir uma nova forma, que poderia ter caído no esquecimento, modifica o presente porque ele se mostra como uma possível realização de uma promessa anterior, que poderia se perder e que ainda poderia ser perdida se não fosse descoberta e inscrita no presente, “pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela” (BENJAMIN, 2012, p. 243).

Na continuação das Teses, a ideia de um passado que não pode ser conhecido em sua totalidade continua, ganha um novo elemento, o perigo. Na Tese VI, Benjamin (2012) rejeita a concepção historicista e positivista de história, representada por uma frase de Ranke, em que compreender historicamente o passado significaria conhecê-lo como de fato foi. Na verdade, articulá-lo seria “apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo”

(BENJAMIN, 2012, p.243). Por conseguinte, a missão do historiador requer a captura do momento ameaçador para o sujeito histórico quando surge a imagem autêntica do passado, caracterizada na Tese VII como célere e furtiva, podendo ser compreendida somente à luz do presente. Löwy (2005) afirma que uma possível explicação para esse caminho proposto por Benjamin se encontra na tentativa de romper com a visão confortável e preguiçosa de história como progresso, já que o perigo de uma derrota desperta a sensibilidade pelas perdas anteriores, podendo provocar o interesse dos vencidos pelo combate e estimular um olhar crítico para a história. Benjamin (2012) pondera que o historiador materialista deve estar atento a esse momento do perigo, único e fugaz da salvação, antes que seja tarde demais, porque a memória que se apresenta em um instante de ameaça pode ser exatamente o que nos salva. No livro de Löwy (2005) encontramos um relato acerca de uma nota escrita pelo filósofo para uma conferência sobre Baudelaire, em que Benjamin diz que, por mais que as multidões sejam manipuladas por ditadores, é possível encontrar núcleos de resistência, que, em um momento de risco, irão se apresentar como a constelação salvadora ao ligar presente e passado.

Não podemos dizer, portanto, que o passado é uma questão de perspectiva, pois há uma perspectiva padrão e dominante operando, que se apresenta como ideologicamente universal, mas pertence à classe dominante. Benjamin (2012) propõe que o materialista histórico produza uma versão avessa a dessa história contínua, que ele chama de messiânica. Se pensarmos que Antônio Conselheiro e seus seguidores foram assassinados e suas histórias contadas a partir de um olhar histórico do historicismo, ancorado no positivismo, encontramos a necessidade de interrompê-la e olhá-la do ponto de vista dos vencidos, buscando arrancar a transmissão desse acontecimento da tradição conformista que está sempre pronta para subjugar-la. Por esse ângulo, a interrupção proposta na sexta Tese mistura, novamente, messianismo e materialismo histórico, pois o fluxo do presente pode ser visto como uma sucessão de momentos de perigos, em que a captura de uma imagem do passado interromperia a normatização da ideologia dominante, abrindo possibilidades ainda não vistas. Esse aspecto redentor do historiador materialista, de acordo com Benjamin (2012), se dá no contexto de uma luta (luta de classes) e o Messias é chamado a combater o Anticristo, como as classes oprimidas são chamadas a combater as classes opressoras.

O ciclo da violência mítica a ser interrompido por uma ação revolucionária ou messiânica irá aparecer na nona Tese, por meio de uma noção de história que acumula catástrofes. Quem repara a comitiva histórica dos vencedores passando sobre a maioria da humanidade é alguém que gostaria

de interferir, mas não pode. Dessa maneira, o messianismo de Benjamin não é visto exatamente como uma ação, está mais próximo de uma perspectiva justa que possibilita a práxis do historiador materialista. O anjo “gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 2012, p.246). Seu anjo, representado pela pintura de Paul Klee, tratado por Benjamin (2012) no ensaio citado, quer parar o tempo e cuidar das feridas das vítimas que jazem sob escombros amontoados, mas a tempestade o leva à repetição do passado. Por isso, ele não enxerga uma cadeia de acontecimentos, a história como um fluxo rumo ao progresso, mas vê uma catástrofe, a humanidade caminhando rumo ao abismo.

Essas Teses foram escritas, como relata Benjamin (2012), levando em consideração o que ele diz na décima quarta Tese, “a história é um objeto em construção” (BENJAMIN, 2012, p. 229). Na contramão da concepção de tempo como homogêneo e vazio, essa construção se dá por fragmentos da história carregados de tempo-de-agora. A partir do presente, olha-se para o passado e, ao reconhecer uma situação correspondente, o historiador materialista a faz saltar para fora do contínuo da história, possibilitando a construção de uma relação entre ambas ou, como ele diz, uma constelação. Segundo Benjamin (2012), se esse historiador tem a tarefa de reconhecer em cada momento uma chance revolucionária, é ele que também produz as imagens a serviço da luta de classes. O método, como apresentado no final das Teses e em **Origem do Drama Barroco**, é o do desvio, sendo que não apenas quem viaja desvia da via, mas a via é o próprio desvio.

Essa pequena análise será suspensa sem uma conclusão, afinal o nosso intuito é o de apresentar a ideia benjaminiana sobre o contar histórico para nos ajudar na compreensão das categorias utilizadas neste trabalho e no entendimento do nosso objeto.

1 REVISÃO DE LITERATURA

Realizar um levantamento sistemático da produção bibliográfica acerca de Antônio Conselheiro configura uma tarefa árdua, tendo em vista a quantidade de material produzido acerca desse indivíduo. Nesse sentido, visando situar o leitor na gama de produções já feitas sobre o assunto, buscamos informações bibliográficas no livro **O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro**, escrito por José Calasans (2002).

A maioria dos relatos e estudos sobre Antônio Conselheiro encontram-se dentro das narrativas da Guerra de Canudos, sendo difícil encontrar uma produção que não retome esse tema. Ademais, tendo em vista os 124 anos passados desde o confronto, muitas pessoas já se debruçaram sobre esses acontecimentos, reunindo as narrativas já existentes e criando um rico acervo, formado por livros, teses, fotografias, filmes, poemas, canções, folclores e material jornalístico. As obras mais relevantes sobre o assunto ainda são *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, todas as produções do professor José Calasans, um dos pioneiros nos estudos sobre Canudos e sobre Conselheiro, todas as produções de Ataliba Nogueira, também grande estudioso da temática, **A guerra do fim do mundo**, de Mario Vargas Llosa (2008), **Grande Sertão: Veredas**, de Guimarães Rosa (2019), as produções de Nina Rodrigues para realizar o diagnóstico de Conselheiro, **Verdicto em Canudos**, de Sándor Márai (2002), considerado um dos melhores livros internacionais sobre os acontecimentos de Canudos, e **No Calor da Hora**, de Walnice Nogueira Galvão (2006).

A obra de Galvão (2006) é de extrema relevância por reunir todas as notícias jornalísticas no período da Guerra de Canudos. Ainda existem museus e acervos que guardam fragmentos dessa história, como o Parque Nacional de Canudos (Bahia), onde se encontram os resquícios arquitetônicos submersos nas águas do açude de Cocorobó, por vezes observado quando a seca diminui o nível d'água, quando se restitui parte das ruínas da época de guerra, além do Acervo Nacional de Canudos, na Bahia, e o Museu Antônio Conselheiro, localizado no Ceará. É imprescindível lembrar que a Guerra de Canudos foi a primeira na América Latina a ser fotografada, sendo possível encontrar tais registros no acervo da Biblioteca Nacional. Outros fotógrafos, inclusive internacionais, como Pierre Verger, também voltaram suas lentes para o palco dos acontecimentos, retratando seus fragmentos, sua gente, cultura e religiosidade.

No entanto, a par de todo esse acervo, pouquíssimas produções têm foco em seu diagnóstico psiquiátrico, preferindo destacar o messianismo como elemento central de sua história. Nesse

sentido, de acordo com Calasans (1986), Canudos foi considerado uma Vendeia¹ Nacional e Antônio Conselheiro um Condestável do Terceiro Reinado. No primeiro momento, o confronto ocorrido foi visto apenas pelo prisma político e, apenas algum tempo depois, passou-se a considerar os aspectos históricos, sociais e econômicos que o constituíram. O professor Calasans (2002), a partir de sua concepção de estudos historiográficos, realiza um levantamento de 1895 a 1949 da bibliografia, naturalmente incompleta, para determinar a repercussão da luta sertaneja entre os pesquisadores brasileiros. Ao todo são 38 produções expostas em seu livro, mas aqui, mostraremos apenas as que abordaram a figura de Antônio Conselheiro (Quadro 1).

Quadro 1 - Levantamento bibliográfico

OBRA	AUTORIA	DATA DE PUBLICAÇÃO
Relatório apresentado pelo Revd. Frei João evangelista do Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos	Correio de Notícias- Bahia	1895
A loucura epidêmica de Canudos, Antônio Conselheiro e os jagunços	Nina Rodrigues	1897
Os jagunços	Olívio de Barros	1898
O rei dos Jagunços	Manuel Benício	1899
A loucura das Multidões- Nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil	Nina Rodrigues	1901
Os sertões	Euclides da Cunha	1902
Antônio Conselheiro ou a Revolução de Canudos	Camilo T. Rossi	1906
Antônio Conselheiro em Juízo	Euzébio de Souza	1912
Como ficou abalado o prestígio de Antônio Conselheiro	João da Silva Campos	1930
A campanha de Conselheiro	J. da Costa Palmeira	1934
Misticismo e loucura	Oficinas Gráficas do Serviço de Assistência a Psicopatas- São Paulo	1939
Um líder Carismático	Romano Barreto	1942
O reduto de Antônio Conselheiro	Odorico Tavares e Pierre Verger	1947
Um inédito de Antônio Conselheiro	Teófilo de Andrade	1947
Vilanova e Antônio Conselheiro	Padre Azarias Sobreira	1948

Fonte: Calasans (2002)

¹ Calasans refere-se ao termo que Euclides da Cunha utiliza para fazer uma analogia entre os canudenses e os rebeldes da Vendeia da Revolução Francesa. A diferença entre eles é que os rebeldes brasileiros eram considerados fanáticos e bandidos, enquanto os franceses foram “heróis intangíveis”; ambos os grupos atacavam o exército e se escondiam no matagal.

O professor tinha como objetivo, a partir desse levantamento, mostrar que poucos autores se debruçaram sobre os estudos folclóricos, o que ele faria em sua tese de livre docência. Em paralelo, para nós, o que importa é mostrar que poucos estudos problematizaram o seu diagnóstico ou a instituição de uma identidade fixa, pouco importando se a de herói, revolucionário, líder ou apenas louco. Nesse sentido, pôde-se observar a carência de estudos que se propusessem a olhar para Antônio Conselheiro para além das muitas predicções recebidas, que, no mais das vezes, reduziam sua personagem a estereótipos convenientes. Para superar esse limite analítico, o presente estudo utiliza a noção de sujeito indeterminado, objetivando não meramente descrevê-lo ou identificá-lo precisamente, mas iluminar as múltiplas e complexas facetas que o constituíram enquanto pessoa.

Um estudo importante foi publicado inicialmente por Ataliba Nogueira (1997) e recentemente refeito pelo professor Pedro Lima Vasconcellos (2017), é o livro escrito pelo próprio Antônio Conselheiro e resgatado nos escombros de guerra. Nele, encontram-se prédicas e passagens dos dez mandamentos, mescladas com sua opinião acerca do assunto. Em nosso levantamento bibliográfico, também encontramos estudos que utilizavam a teoria de Walter Benjamin, mas para analisar unicamente a Guerra de Canudos e os seus fatores históricos, não focalizando Antônio Conselheiro.

Para finalizar, é notável a preponderância de estudos historiográficos, principalmente com o viés de que ele foi um importante líder e revolucionário brasileiro.

2 MÉTODO

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar a identidade estabelecida socialmente e historicamente de Antônio Conselheiro a partir de diferentes narrativas. Como objetivo específico, buscamos compreender os desdobramentos do diagnóstico de psicose determinado pelo médico Nina Rodrigues. O método utilizado para alcançar os objetivos almejados não abarca somente um conjunto de procedimentos que são realizados em uma pesquisa, mas também aquilo que permite orientar a concepção de mundo, de sociedade e de indivíduo que compreendem um objeto de estudo. A partir dessa premissa, sabemos que não ser possível pensar o método descolado do objeto em questão. Dessa forma, ele deve ser oriundo de bases epistêmicas que orientem a pesquisa, possibilitando a compreensão e análise do nosso objeto. Adorno (2001) observa que a ciência não é desinteressada, mas tem fins políticos, sendo imprescindível a escolha e a fidelidade ao método que optamos como guia, tendo em vista que o produto da ciência é o conhecimento e esse é produzido pelo indivíduo que se encontra em condições históricas determinadas. Assim, nossos estudos seguem os caminhos propostos pela Teoria Crítica da Sociedade.

Além disso, como bem lembra Horkheimer (1989), ao partir da ideia de que este mundo existe e, ao se tomar a sociedade como seu objeto, estabelece-se que o mundo tal como se apresenta, não deve ser aceito como destino, antes como estado dinâmico e transitório, passível de mudanças. Isso não significa que os formuladores dessa teoria, entre os quais Walter Benjamin (2012), cujo método do desvio é central para a consecução deste trabalho e será descrito mais adiante, deixaram de dizer como o mundo se apresenta, mas entendiam que, ao se ater apenas a tal perspectiva, teriam uma explicação parcial, deixando de fora a outra parte do mundo que é como ele poderia ser. Essa ação permite enxergar os elementos que impendem o desenvolvimento pleno das potencialidades, apontando os obstáculos que impossibilitam a emancipação. Assim, segundo Nobre (2004), a Teoria Crítica da Sociedade explora aquilo que o mundo traz em si de potencial não realizado, expondo como as coisas são sob a forma de tendências presentes no desenvolvimento histórico, ou seja, aponta, em cada momento histórico, os arranjos dos potenciais emancipatórios e os obstáculos à emancipação.

Isso posto, clarificamos que, ao adotar os pressupostos da Teoria Crítica como base para este trabalho, não visamos apenas analisar como se instituiu a identidade de Antônio Conselheiro a partir de diferentes narrativas, cujo elemento central seria o diagnóstico de psicose progressiva.

Antes, pensamos ser relevante compreender as relações sociais da época, a fim de evitar permanecermos no âmbito das ilusões reais criadas pela lógica interna da organização social predominante. Esse caminho evita a análise factual desse sujeito histórico, Antônio Conselheiro, associada a marcas identitárias fixas, que nos torna apenas observadores, cujo intuito é a descrição neutra do indivíduo e cuja consequência pode ser a mera legitimação das ações elencadas como as determinantes e justificadoras do que se quer, ideologicamente, afirmar.

Ao assumir o comportamento crítico, desejamos conhecer sem abdicar da reflexão do conhecimento histórico, pois ele “não tem apenas a intenção de remediar quaisquer problemas que se afiguram inconvenientes; ao contrário, estes lhe parecem ligados necessariamente a toda organização estrutural da sociedade” (HORKHEIMER, 1989, p.3). Dessa forma, um dos princípios da Teoria Crítica da Sociedade é entender a si mesma, se perguntar sobre a natureza do conhecimento que se está produzindo e como ele se insere numa sociedade produtora de mercadorias. Tal comportamento marca a diferença entre essa corrente de pensamento e as chamadas correntes tradicionais, pois quando estas teorias tradicionais se dizem supostamente objetivas e sem valoração particular, elas estão, no fundo, impregnadas de um valor fundamental que não percebem, qual seja o de encobrimento do caráter de classe do conhecimento que elas mesmas produzem.

Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter dilacerado e cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto do trabalho humano, aqueles sujeitos se identificam, eles mesmos, com esse todo e o compreendem como vontade e razão: ele é seu próprio mundo (HORKHEIMER, 1989, p. 3).

Nesse sentido, esta pesquisa pautou-se no método qualitativo de análise com caráter bibliográfico. Todo o seu proceder dialogou intimamente com os fundamentos epistemológicos da Teoria Crítica da Sociedade, especialmente com as formulações de Walter Benjamin. Tal abordagem tem como propósito analisar a identidade estabelecida socialmente e historicamente de Antônio Conselheiro, líder na Guerra de Canudos, a partir de fragmentos presentes em diferentes narrativas existentes e compreender os desdobramentos do diagnóstico de psicose progressiva determinado pelo médico Nina Rodrigues. Adotamos como procedimento a coleta de fragmentos em livros, jornais, poemas e folclore, de modo que a consequência da análise de tais relatos, dentro do processo histórico, alcance especialmente o que diz respeito à relação entre indivíduo e

psicologia, possibilitando, ainda, a construção de uma constelação sobre Conselheiro diferente das existentes atualmente. A análise desses farrapos de história será feita a partir dos pressupostos da Teoria Crítica da Sociedade. Esse diagnóstico foi instituído sob as bases do pensamento ideológico dominante na época, característico dos vencedores da Guerra de Canudos e, ao dialogarmos com a teoria benjaminiana, percebemos que outras interpretações da história são possíveis quando olhamos do ponto de vista dos vencidos.

A pesquisa bibliográfica se realiza a partir de materiais previamente elaborados, principalmente livros e artigos científicos. Como o que buscamos analisar não é um acontecimento passível de análise *in loco*, além de muitos pesquisadores já terem se debruçado sobre a temática, compreendemos que esse caminho se torna mais vantajoso, haja vista a possibilidade de cobertura de uma gama de fenômenos ocorridos há mais de cem anos. Entretanto, ao confrontar os elementos individuais da história de Conselheiro com os sociais, nos damos conta que a ciência não está desprovida de conteúdos ideológicos e, sendo assim, conforme Meneses e Pedrossian (2019), precisamos percorrer um caminho que possibilite desvelar os conteúdos presentes no nosso objeto para que a produção de conhecimento mostre a presença desses ideários, que, em sua grande maioria, atendem ao interesse dos dominantes.

Nosso procedimento de coleta de dados parte do pressuposto que a figura de Conselheiro foi tecida por fragmentos narrativos de crônicas, poemas e textos jornalísticos e, assumindo a existência de larga quantidade de material, elegemos dois livros e um artigo como base de investigação a partir de sua relevância literária sobre o assunto, sendo eles **Os Sertões**, de Euclides da Cunha (1902), **No calor da hora**, de Walnice Galvão (2006) e **A loucura epidêmica de Canudos**, de Nina Rodrigues (2006), respectivamente. Além disso, tomados pelas reflexões da teoria benjaminiana, viajamos até Canudos para tentar constituir o que Benjamin chama de experiência, buscando no encontro com as pessoas que lá vivem pedaços de história e memória. Durante essa visita, coletamos materiais narrativos e fotográficos que, junto com nossa própria experiência afetiva no local, estão presentes neste trabalho.

A partir da constituição textual híbrida da obra de Euclides da Cunha (2011) e de sua relevância histórica e literária sobre a Guerra de Canudos, além da análise das publicações jornalísticas sobre Antônio Conselheiro apresentadas no livro de Galvão (2006), percebemos a existência de outras formas de olhar para Antônio Conselheiro, sujeito pouco mencionado nas narrativas históricas brasileiras, outrora figurado como tipo moralmente degradado ou insano,

advindo de espaços inóspitos do nosso território nacional. Além disso, o artigo científico de Nina Rodrigues (2006) esclareceu a forma como o diagnóstico de saúde mental fora realizado na época, revelando a relação entre indivíduo e psicologia.

Para esse fim, refletimos sobre as considerações que Benjamin (1897) faz a respeito da concepção de representação como meio de investigação filosófica. Para ele, um texto irá sempre se confrontar com a representação, que, em sua forma acabada, converte-se em doutrina, mas como pensamento se constitui em um desvio pelo universal (ordem das ideias) sem implicar em uma desvalorização do particular (ordem dos fenômenos). Afinal, assim como as ideias distantes dos fenômenos são vazias, os fenômenos, longe das ideias, estão fadados à dispersão – por não formarem unidades significativas – e à morte. A tarefa do pesquisador constitui, então, em investir nas ideias através da empiria para salvar os fenômenos. Porém, ao lembrar que a empiria não pode ser diretamente introduzida no mundo das ideias, encontramos a função mediadora do conceito. De acordo com o pensador, através do conceito as coisas se dividem em seus elementos constitutivos, podendo adentrar na esfera das ideias; ao contrário, pelo conceito, as ideias são passíveis de representação, tornando-se concretas devido ao desmembramento da empiria em elementos materiais. Desta feita, os conceitos salvam os fenômenos e representam as ideias, podendo alcançar o universal sem desaparecerem na abstração.

Benjamin (1987) expõe que a filosofia só irá se manter fiel à lei de sua forma, como representação da verdade e não como guia para atingir o conhecimento, se admitir a importância do exercício dessa forma, assumindo o aspecto de *tratado*. Esse termo, segundo o filósofo, pode soar didático, mas sua estrutura interna deixa de ser a mesma dos sistemas de ensino que contém autoridade própria, porque o único elemento educacional que nele encontramos, mais próxima da educação do que do ensinamento, é a citação autorizada. “A quintessência do seu método é a representação. Método é caminho indireto, é desvio. A representação é a característica metodológica do tratado” (BENJAMIN, 1987, p. 50). Ele salienta que a natureza básica do tratado é renunciar a intenção para estar em contínuo movimento, pois o pensamento começará sempre de novo e ao considerarmos nosso objeto em seus diferentes estratos de significação, ele receberá um estímulo para o recomeço perpétuo.

Segundo Benjamin (1897), tratado é uma forma de contação, na filosofia, voltada a uma tentativa de representar o ser como algo de difícil descrição, em que os predicados disponíveis, na maior parte do tempo, não dão conta da complexidade existente no humano e em suas respectivas

ações. Dessa maneira, para representar aquilo que não cabe em uma descrição objetiva, se faz necessário um método que leve em conta o movimento, que seja ativo e histórico, “levando em consideração as rugosidades e reentrâncias” (BENJAMIN, 2012, p. 172). Para utilizar o método proposto por Benjamin, o do desvio, como explicitado por Gagnebin (1994), apresentam-se os conceitos de forma ininterrupta e não passível de deduções, ao invés de capturar a verdade de forma total, fruto do universalismo vazio, e contínua, como se existisse apenas um único gesto, para então, após expor os fragmentos de forma progressiva, voltarem sempre transformados.

Para ilustrar seu método desviante, Benjamin (2012) utiliza a metáfora da constelação, em que os fenômenos, em sua existência material bruta, não fazem parte do mundo das ideias, mas após serem decompostos, serão justapostos em seus elementos mais marginais, aparentemente insignificantes para a análise, o que ele chamou de extremos pelo conceito. Os fenômenos isolados não significam nada, porém, ao ter um traçado comum, passam a ter um novo significado, assim como as estrelas que, apenas juntas, formam uma constelação. Esse processo, conforme Löwy (2005), também irá ocorrer em diferentes planos, onde uma ideia pode ser modificada ao empregarem-se diferentes conceitos, que, por sua vez, são formados, configurados pela ideia. “As ideias se relacionam com as coisas como as constelações com as estrelas” (BENJAMIN, 2012, p. 56).

Valorizar o que Benjamin (2012) chamou de manifestações “extremas” do conceito se configura uma preocupação epistemológica com aquilo que escapa à regra e deixa de ser reconhecido pelo sistema. Nossa tentativa de analisar a forma como a identidade de Antônio Conselheiro foi instituída implica em trazer à superfície os fragmentos de história que ficaram de fora da análise, que não seguiam o padrão das teorias da época, pois, conforme Benjamin (2012), é preciso tentar outro ordenamento ideal para que os elementos possam ser reintegrados em sua verdade perdida, pois aquilo que não cabe no modelo dos vencedores e donos do *status quo* é apagado ou deformado. A preocupação de Benjamin em resgatar os pontos extremos e com aqueles que estão à margem do sistema, o leva a abandonar a perspectiva evolucionista adotada pela História da Literatura para adotar a Filosofia da Arte como campo de estudo. Ele assume que através dos extremos é possível analisar a regra, a qual não pode ser bem compreendida por meio de generalizações, mas sim do limite e da exceção.

A atividade do *conceito* tem por tarefa essencial a análise e a dissecação dos fenômenos, no intuito de destruir sua imagem já pronta e de expor seu secreto pertencer a essa ordem ideal. A análise conceitual tem, portanto, um papel de mediação imprescindível que visa

um duplo resultado, ‘salvar os fenômenos’ e representar as ideias (GAGNEBIN, 1994, p. 13, grifos nossos).

Dessa forma, nosso trabalho faz uma análise de dentro para fora, a partir das especificidades presentes em cada exceção, pois cada obra e sujeito, assim como cada presente, analisado em sua forma, contém elementos, ainda que pequenos, que resistem à visão generalizadora. Ademais, levando em consideração a dificuldade de afirmar a representação enquanto método, assumimos um procedimento de interrupções pautado na escrita, que, em cada sentença, exige que se pare e recomece, sem o intuito de arrebatrar ou desanimar o leitor, mas antes levá-lo à reflexão. É um movimento interminável de idas e vindas, um descaminho. A verdade, então, surge em fragmentos a partir desse movimento que é próprio do tratado. Nesse sentido, cada *passagem*, sem seguir uma cronologia tradicional, irá ligar-se a outra formando uma constelação.

Nesse sentido, iremos expor passagens recolhidas em diferentes narrativas (livros, poemas, leis, folclores, artigos etc.) em itálico, seguidas de uma breve síntese. Nosso intuito é formar uma constelação sobre Antônio Conselheiro diferente das já produzidas até o momento, ou seja, seguindo o modelo proposto por Benjamin (1987), em que os estilhaços históricos serão apresentados sem explicações prévias, deixando o leitor para interpretá-las à sua maneira. Assim, estão expostas as possibilidades de diferentes olhares sobre a identidade de Antônio Conselheiro e, ao mesmo tempo, refletir sobre as consequências de fixá-lo em uma categoria definida, seja ela psicótico, monarquista ou fanático.

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo geral

Compreender a identidade estabelecida socialmente e historicamente de Antônio Conselheiro, líder na Guerra de Canudos, a partir de fragmentos presentes em diferentes narrativas existentes.

2.1.2 Objetivos específicos

Compreender os desdobramentos do diagnóstico de psicose progressiva determinado pelo médico Nina Rodrigues

2.2 Em busca dos fragmentos perdidos

Em meados do século XX, Canudos, também conhecida como Belo Monte, recebeu novos moradores, que reconstruíram a cidade destruída pela guerra. Passaram a viver da terra como a maior parte dos sertanejos do Nordeste, apesar da seca que assola frequentemente a região. Pouco depois, elevada a vila de Canudos, recebeu diversas visitas ilustres, como os políticos Café Filho e Otávio Mangabeira. Uma delas foi a mais importante de todas: sobrevoaram dois aviões sobre o vilarejo arrancando vivas e flamejando bandeiras. Foi Getúlio Vargas, o então presidente, que chegou com sua comitiva.

João Baptista da Silva (*apud* BARROS; PRIETO; MARINHO, 2020), neto de um dos poucos sobreviventes da guerra, escreveu sobre essa visita, ocorrida em 1940. No seu relato, informou que os habitantes mal sabiam que uma nova destruição estava por vir, pois Vargas, após fazer acordo com o líder político Isaias Canário, determina a construção de barragem no rio Vaza-Barris, situado na Vila de Canudos, alegando que o reservatório resultante mataria a sede do povo e traria prosperidade. Algum tempo depois, chegam os funcionários do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e iniciaram, em 1951, o que viria a se chamar barragem de Cocorobó, movimentando aquele pequeno vilarejo. Muitos aproveitaram a situação para vender mantimentos em seus armazéns e atender à demanda dos construtores do progresso. Não foi necessário muito tempo para que os moradores passassem a ter medo, pois logo perceberam que o que vinha em nome do progresso, era, na verdade, ruína: teriam que abandonar seus lares e deixar sua terra, Canudos daria lugar às águas do açude Cocorobó. “A origem do açude que inundou Canudos, no entanto, remonta a fatos e acontecimentos nebulosos, como se alguma trama estivesse sendo urdida contra o lugar. Na verdade, não se conhece o autor da ideia. Quanto ao projeto, nasceu de um parto complicado” (CANÁRIO, 2002, p. 17).

Lima (2020) afirma que a guerra não havia destruído o sonho e a esperança daquele povo, de lutar por dignidade e liberdade, a ferida persistia aberta e não seria fechada pelas promessas

embutidas nas águas turvas do açude. Para muitos habitantes do lugar, a água, elemento essencial para a vida, foi utilizada como arma para fazer desaparecer até mesmo os despojos remanescentes do antigo conflito, para sempre submersos. Canudos foi destruída de novo. Porém, daquela vez, sem armas e canhões. Apenas mais uma ilusão de progresso.

Cocorobó e suas águas cobriram as memórias da Guerra de Canudos e de seu povo. Por um tempo, um certo silêncio pairou sobre os sertões. Entretanto, em 1997, com o centenário do fim da guerra, um fato inesperado ocorreu. Devido à seca, as águas do açude baixaram seu nível e emergiram pedaços das ruínas, anunciando a boa nova: Canudos sobreviveu. O que emergiu das águas do Cocorobó, despojos úmidos da vida de um povo, livre para lutar até a morte por aquele pedaço de terra outrora seco, permitiu àqueles que lá se encontravam, o reencontro com sua própria história – “[o] que faz do sertanejo um forte não são as lutas, mas a vontade de viver” (LIMA, 2020, p.178).

Nesse sentido, valorizamos as ruínas, os estilhaços, os fragmentos de história que foram deixados à margem, entendendo que eles nos contam a história de Antônio Conselheiro.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialista histórico trata-se de fixar uma imagem do passado da maneira que ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo (BENJAMIN, 2012, p. 243).

Acreditamos ser de suma importância expor um pouco do passado da terra do Brasil, de seus povos e suas lutas, aspectos deixados à margem de outras análises sobre Antônio Conselheiro, ajudando a compor a constelação dos acontecimentos relativos à sua vida, sem a preocupação de explicações rígidas no sentido cronológico ou mesmo geográfico. “A origem é o alvo” (KAUL KRAUS *apud* BENJAMIN, 2012, p. 249).

O crânio de Luzia e a reconstituição de sua face revelaram traços semelhantes aos de negros africanos e aborígenes australianos. A descoberta de Luzia mudou as principais teorias sobre o povoamento das Américas. É considerado o maior tesouro arqueológico do país. (CORREIO BRASILIENSE, 2018).

Ao longo da estreita e recortada faixa costeira do litoral centro-meridional brasileiro, nos ambientes estuarinos, ricos em peixes, moluscos e crustáceos, viveram populações pescadoras e coletoras entre 8 mil anos atrás e o início da era cristã. Seus vestígios podem ser vistos em grandes montes feitos de areia, terra e conchas - os chamados sambaquis - onde são encontrados restos

alimentares, ferramentas, armas, adornos e os sepultamentos dos que ali viveram (trecho retirado de um folheto do MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO).

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o Sul vimos até à outra ponta que contra o Norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar (Trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha²).

As crônicas coloniais registram copiosamente essa guerra sem quartel de europeus armados de canhões e arcabuzes contra indígenas que contavam unicamente com tacapes, zarabatanas, arcos e flechas. Ainda assim, os cronistas destacam com gosto e orgulho o heroísmo lusitano (RIBEIRO, 1995, p. 49).

*O Navio Negreiro
Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...
Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras moças, mas nuas e espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs!
(Trecho retirado da obra de Castro Alves, navio Negreiro, 2016).*

Entendemos que esses fragmentos aludem a momentos que poderíamos chamar de *origem* (*Ursprung*) do que hoje denominamos Brasil. A partir dessa categoria histórica percebemos que não é possível apreender o início da história de nosso país, mas apenas seu desenrolar histórico. Sua origem é uma fonte que está constantemente pulsando e a persistência de alguns desses

² http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf

fragmentos que aparentavam perdidos e não eram adicionadas as narrativas históricas predominantes no país, como a existência do fóssil de Luzia, nos ajudam a tecer essa trama que nos constitui enquanto nação.

Nesse sentido, os artigos que coletamos acerca do povoamento do Brasil e da posterior chegada dos portugueses não segue uma sequência lógica exterior, já que, ao serem apresentados como peças de um museu, guardam sua unicidade e singularidades. É importante determo-nos no estudo do fenômeno como uma tentativa de devolver ao nosso objeto sua dimensão de único e irreduzível, preservando-o do esquecimento e destruição.

Luzia quase foi destruída e perdida novamente em um incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, o que poderia ter levado à perda de inúmeras experiências que incorporam nossa trama histórica, indispensáveis à sua compreensão, haja vista que ainda pouco se sabe sobre as origens do homem americano e sua ocupação na América. Acredita-se que as pessoas haviam chegado à América do Sul por um único lugar, o estreito de Bering, há cerca de 12.500 anos. Porém, a partir de grandes escavações arqueológicas e posteriores estudos realizados nas últimas três décadas, observou-se que a presença humana na América pode datar de mais de 18 ou até 50 mil anos. Diante das dificuldades que a primeira teoria construída para explicar a ocupação destas terras enfrentou, concluiu-se, a partir de Arcuri, Santos e França (2005), que ela se deu também por um lento processo de povoamento do continente através do oceano pacífico e ilhas do atlântico. Todos esses povoadores e seus descendentes, ao longo de milhares de anos, criaram diferentes modos de vida e construíram histórias singulares pouco conhecidas por nós. Essa é a razão pela qual o continente americano possuía uma das maiores diversidades culturais e linguísticas do planeta quando os europeus chegaram por aqui, constituindo um verdadeiro mosaico de povos. Nesse sentido, é muito difícil fazer assertivas universais sobre a cultura e história dos povos americanos.

De acordo com Arcuri, Santos e França (2005), muitos autores romantizaram o encontro ocorrido entre os povos originários e os colonizadores europeus, apresentando uma versão que frequentemente alude a vencedores e vencidos, sendo que aos primeiros coube o papel preponderante na construção das sociedades posteriormente estabelecidas, pressupondo uma certa homogeneidade social e política, que nunca fez parte da história do continente. Por exemplo, utilizamos o termo “índio” para nos referirmos a todas as pessoas que aqui se encontravam, como se todos eles participassem do mesmo grupo social. Para esses autores, tal concepção romântica do bom selvagem nos fez crer que, em sua aparente inocência e pacifismo, teriam prontamente se

rendido ao homem europeu, possibilitando sua dominação, tanto no sentido cultural quanto prático, anulando suas concepções de mundo e se utilizando de sua força de trabalho, alegando agir em seu interesse e para sua salvação. Já se sabe que esse encontro não foi exatamente como a versão oficial apresenta em diversos locais, nos levando a questões como: por que não conhecemos o nome de quase nenhum dos integrantes dos povos originários que resistiram por anos a ocupação europeia, mas sabemos os nomes dos integrantes da revolução francesa? Por que continuamos a privilegiar, lembrar e recontar a história de um grupo em detrimento de outro?

Segundo Ribeiro (1995), a América, por anos, foi um dos principais alvos da dominação colonial praticada pelos povos europeus e essa dominação provocou a morte, a escravização e a fuga de milhões de indivíduos de suas terras. A justificativa utilizada para tal dominação se funda nas ideias de que os habitantes originais desse continente eram pagãos e primitivos. Esse tipo de pensamento se materializou e foi difundido nos livros de história, filosofia, teologia, nas pinturas e produções intelectuais dos europeus na América, desde o início do período colonial até meados do século XX. Tais produções ajudaram a fortalecer a ideia de que o mundo ocidental – tanto pelo cristianismo quanto pelo avanço científico – representava o mais alto nível de desenvolvimento da história humana, e de que seu modo de vida era o modelo de civilização a ser seguido. O colonizador, ainda nessa linha, sequestrou ou mandou sequestrar milhões de africanos em seu próprio continente, traficando-os por meio dos navios negreiros para o continente americano, ampliando, desse modo, a oferta de mão-de-obra para o trabalho colonial, produzindo a maior migração forçada que a história conheceu.

Dessa maneira, ainda de acordo com Ribeiro (1995), o povo brasileiro se constituiu pelo entrechoque dos grupos de índios, negros e brancos em um encontro altamente conflitivo. O autor chega a afirmar que vivemos em um latente estado de guerra que, em muitos momentos, torna-se extremamente sangrento. Para ele, há a predominância de uma característica em todos os conflitos que aqui ocorreram, sendo ele o interétnico. Da data do descobrimento até os dias de hoje, vêm ocorrendo enfrentamentos através de luta armada contra os grupos que se opõem a esta sociedade nacional, de matriz colonial e eurocêntrica, que foi adentrando terras em busca de uma expansão impiedosa, com o objetivo de apropriar-se do chão como base física de sua violenta existência.

Se ocultando atrás da pretensa salvação dessa gente, o autor relata que os conflitos entre os povos originários e os portugueses se iniciaram a partir da tentativa dos portugueses de impor um

novo tipo de sociedade e economia. “Foi uma guerra de extermínio” (RIBEIRO, 1995, p.169), em que os índios lutaram frente à invasão europeia e defenderam ao máximo seu modo de viver e ser.

Ocorreu no Brasil, então, o que ele chamou de mera atualização histórica, com os povos originários sendo forçados a saltar etapas do processo civilizatório, classificado pelo autor por meio dos desenvolvimentos técnicos, culturais, sociais e econômicos, descrito em sua obra **O Processo Civilizatório** (1967-2001). Para ele, tais povos, encontravam-se no estágio do período neolítico superior e foram alçados ao período mercantil, na condição de meros escravizados do projeto colonial europeu. Sobre esse ponto, é preciso considerar que Benjamin (2018) tem uma concepção diferente da de Ribeiro (1995), pelo menos no que tange à compreensão da essência do processo histórico: para Benjamin (2012), não há etapas civilizatórias sucessivas, cabendo, assim, ao historiador a tarefa de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p.245), dado que os bens culturais resultantes de sociedades modernas tem sua origem não apenas no esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também na servidão anônima dos seus contemporâneos. Segundo Benjamin (2012, p. 244), “[n]unca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie”.

Conforme Ribeiro (1995), essa colônia mercantil-escravista da metrópole portuguesa, o Brasil, sofreu mudanças nos planos adaptativo, associativo e ideológico, sendo que, devido a esse último formas de comunicação, saberes, autoimagens étnicas e crenças são modificadas. Desse modo, a Igreja oficial, associada a um Estado salvacionista, impõe um catolicismo de tipo messiânico ao Brasil colônia e exerce um rigoroso controle sobre sua vida intelectual a fim de impedir qualquer difusão de crenças, ideologias ou saberes científicos que fossem na contramão do que pregavam. Como consequência, somadas às inovações tecnológicas, esses instrumentos de controle procuraram edificar tanto a sociedade quanto a cultura do país, tentando reduzir o impacto ou excluir completamente os aspectos singulares dos povos originários e africanos.

Em cada século e em cada região, tribos indígenas virgens de contato e indeneExs de contágio foram experimentando, sucessivamente, os impactos das principais compulsões e pestes da civilização, e sofreram perdas em seu montante demográfico de que jamais se recuperaram. O efeito dizimador das enfermidades desconhecidas somada ao engajamento compulsório da força de trabalho e ao da deculturação, conduziram a maior parte dos grupos indígenas à completa extinção. Em muitos casos, porém sobrevive um remanescente que, via de regra, corresponde àquela proporção de 1 por 25 da população original (RIBEIRO, 1995, p.144).

Cálculo que o Brasil, no seu fazimento, gastou cerca de 12 milhões de negros, desgastados como a principal força de trabalho de tudo o que se produziu aqui e de tudo que aqui se edificou. Ao fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno. Sua abolição, a mais tardia da história, foi a causa principal da queda do Império e da Proclamação da República (RIBEIRO, 1995, p. 221).

Segundo Fernão Cardim, ali existiam dois mil brancos, quatro mil negros e seis mil índios. É visível durante muito tempo a predominância do elemento autóctone. (CUNHA, 2011, p. 96).

A nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade, nunca fez nada pela massa negra que a construíra. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência (RIBEIRO, 1995, p. 223).

Assim é que, embora embarcados num projeto alheio, nos viabilizamos ao nos afirmar contra aquele projeto oficial e ao nos opor aos desígnios do colonizador e de seus sucessores. Pela vontade deles, os índios, os negros e todos nós, mestiços deles recrutados pela empresa colonial, prosseguiríamos na função que nos foi prescrita de proletariado de ultramar, destinados a produzir mercadoria exportável, sem jamais chegar a ser gente com destino próprio (RIBEIRO, 1995, p. 246).

Quando é declarada a independência, a classe dominante local se nacionaliza alegremente, preparando-se para lucrar com o regime autônomo, tal como lucrara com o colonial. Apropriada por essa classe, a independência não representou nenhuma descolonização do sistema que permitisse transformar o proletariado externo em um povo para si, voltado ao preenchimento de suas próprias condições de existência e de progresso (RIBEIRO, 1995, p. 252).

Nessas circunstâncias, o Estado apresenta também mais continuidades do que rupturas, estruturando-se como uma máquina político-administrativa de repressão, destinada a manter a antiga ordenação, operando nas mesmas linhas e serviço da velha elite, agora ampliada pelas famílias fidalgas que vieram com o monarca e por novos-ricos que surgem com a modernização (RIBEIRO, 1995, p. 252).

Apesar de tudo, as novas forças unificadoras não conseguem anular as diferenças regionais da sociedade nacional, que são formas de adaptação especializada da configuração histórico-cultural (RIBEIRO, 1995, p. 253).

Foram, primeiro, as grandes concessões de sesmarias, definidoras da feição mais durável do nosso feudalismo tacanho (CUNHA, 2011, p. 110).

Como citado, a forma é histórica na medida em que se origina, mas pode ser vista também como a-histórica quando apreendida em sua estrutura e, nesse sentido, cabe ao investigador descobrir, a partir da técnica de isolar os aspectos extremos de um objeto, a organização interna dessa estrutura. A análise sucinta do meio que constituiu Conselheiro nos leva, então, à origem,

possibilitando, também, decifrar a pré e pós-história fixadas na estrutura como uma história que alude ao tempo linear, mas são, na realidade, intemporais.

Nesse sentido, expomos fragmentos de Galvão (2006), Cunha (2011) e Nina (2006) acerca do Brasil no processo de transição do Império para a República. Tais fragmentos são cruciais para a compreensão de quem foi Antônio Conselheiro e como se deu a história que o envolve. As passagens escolhidas não seguem uma linha cronológica, antes procuram capturar momentos significativos na nossa longa história, que, tal como o anjo da história de Benjamin, acumula incansavelmente ruína sobre ruína, arremessada que são aos nossos pés. A catástrofe nos constituiu.

Declara extinta a escravidão no Brasil:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2.º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém (...).

(BRASIL, 1888).

"A senhora acabou de redimir uma raça e perder o trono"! (João Maurício Wanderley, barão de Cotejipe³)

"Ordem e Progresso- República Federativa do Brasil" (Proclamação da República, 1889).

"Guardai, Padre, esta espada, porque um dia hei de valer dela com os Mouros, metendo o Reino pela África adentro' Dom Sebastião I – ou Dom Sebastião, O desejado - Rei de Portugal, do Brasil e do Sertão" (Trecho do romance O Romance Da Pedra do Reino, de Ariano Suassuna).

Costa (2010), ao analisar as origens da República no Brasil, diz ser essa uma atividade complexa. Para ela, o homem traça uma imagem superficial e por vezes deformada dos fatos, ao descrever um momento vivido, porque o observador é afetado por suas paixões, seu comprometimento, pela qualidade e quantidade de informações, o que, conseqüentemente, acaba por refletir em seu depoimento. Essa dificuldade pode se acentuar quando se analisa um momento

³ João Maurício Wanderley, o Barão de Cotejipe (São Francisco de Chagas da Barra do Rio Grande, 23 de outubro de 1815 — Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1889), também escrito como Vanderlei, foi um nobre, magistrado e político brasileiro. Falla que recitou o exm.o presidente da província da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma província no 1.o de março de 1853. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853.

que envolve posições opostas, que produz vencedores e vencidos, dando origem a uma documentação histórica contraditória. Dessa maneira, não cabe ao pesquisador escolher a posição que mais lhe agrada ou lhe parece mais lógica, antes, é necessário buscar diferentes documentos, cujo grau de informação é mais objetivo do que o relato testemunhal; isso envolve buscar informações econômicas, políticas, sociais e institucionais do momento investigado.

A partir das colocações da historiadora citada, apresentamos as duas visões vigentes à época.

*A República vista pelos republicanos: recordando pronunciamentos da inconfidência mineira (1792), alguns republicanos afirmam que a república sempre foi um desejo nacional e como o Brasil era o único país na América que ainda não a havia proclamado, consideravam a monarquia uma anomalia. Além disso, alegavam que durante o Império as liberdades haviam sido cerceadas, acarretando prejuízo a nação; criticavam a centralização do governo monárquico; um senado vitalício e fraudes eleitorais. Nesse sentido, esse novo meio de organização política do Estado era a única forma de superar tais problemas, concretizando uma aspiração popular. Cito o livro francês **L'idée républicaine au Brésil** de Oscar Araújo, publicado em 1893, para enfatizar as arbitrariedades e os abusos do poder moderador; considerando que a manutenção da escravidão por tantos anos, a má gestão financeira, as guerras contra as nações estrangeiras são devidas mais à incapacidade do soberano, do que à incompetência de seus ministros. A análise desse livro mostra que o que leva a Proclamação da República são: a constituição etnográfica, as relações entre nações americanas, a transição para um regime de trabalho agrícola e industrial de tipo europeu, a propaganda em prol da República, a corrupção política, a deficiente administração do império e a influência do poder pessoal. Além da atuação do partido republicano em SP, MG, RJ E RS. A repercussão da lei áurea, a política levada a efeito pelo ministério contra os republicanos e as classes armadas também foram centrais para essa mudança (COSTA, 2010, p.390, grifos nossos).*

Ao assumir a liderança, o exército foi o veículo de aspirações populares; para Costa (2010) o povo que o exército selecionava pode ser comparado aos operários do movimento. Aos olhos dos republicanos, a monarquia era o regime de corrupção e do arbítrio, de violência e de injustiças e sobretudo do governo do poder pessoal, discricionário e alheio aos interesses do povo.

(...) Liberdade!... Igualdade!...Fraternidade!... Grite, seu animal!...E o nego, que passara a noite mudo, falou. (...) Inclinou-se na direção do major num sussurro educado, em tom de confiança, disse: Cago montes para a República. (...) Gonçalves, indignado, pôs a mão na pistola. Porém o soldado já arrastava o negro (MÁRAI, 2002, p.148).

A monarquia eram os víveres baratos, a vida fácil; a república é a vida difícil, a carestia dos gêneros alimentícios, o câmbio a 0 (RODRIGUES, 2006, p.52).

Esse movimento dos sertões da Bahia tende, porém, a tornar-se um perigo porque “Politiueiros sem escrúpulos estão dispostos a servir-se da força que o apoio de um vasto corpo de homens armados lhes pode dar, e é essa possibilidade de intrigas para o futuro que se deve temer.” Como reflexão secundária, o amável correspondente faz notar que os formadores do exército em operações contra Antônio Conselheiro têm interesse em procrastinar a campanha a fim de auferirem maiores lucros (GALVÃO, 2006, p. 1596-1601).

A versão dos monarquistas: Após a Proclamação da República a voz dos monarquistas foi abafada diante do coro dos adeptos aos movimentos, o que não significou seu desaparecimento. Os participantes do movimento deposto continuaram a dar sua interpretação dos fatos e logo ganharam novos adeptos desiludidos com a República. Os livros, panfletos, manifestos e protesto divulgados pela imprensa “sebastianista” registraram a versão monarquista, segundo a qual a Proclamação da República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Para eles o triunfo da República era devido a indisciplina das classes armadas com o apoio de fazendeiros descontentes com a libertação dos escravos. No fundo, tudo não passava, então, de um grande equívoco, afinal a monarquia trouxera ao país 70 anos de tranquilidade e unidade nacional, além de progresso, liberdade e prestígio internacional. O império foi generoso com o Brasil, abolindo a pena de morte, extinguindo a escravidão, promovendo a paz interna, segurança e liberdade individual. Visconde de Taunay, monarquista conservador, para exemplificar o que pensavam sobre a República, define-a como uma paródia ridícula e sanguinária do regime democrático, que excluí a vontade do povo (COSTA, 2010, p. 395, grifos nossos).

A população sertaneja é e será monarquista por muito tempo, porque no estádio inferior da evolução social em que se acha, falece-lhe a precisa capacidade mental para compreender e aceitar a substituição do representante concreto do poder pela abstração que ele encarna – pela lei (RODRIGUES, 2006, p.51).

“Descobriu?”

“Sim.”

“Por que seu marido foi embora?”

“Porque um dia começou a ter medo.”

“Medo de que?”

“Daquilo que lá... No mundo dos senhores...chama de ordem. Mas não é isso. É apenas um sistema.”

“Em Canudos?”

“Não havia sistema. Havia uma ordem viva.”

(MÁRAI, 2002, p. 132).

A Proclamação da República não trouxe transformações econômicas, sociais ou políticas radicais, nem marcou o ingresso do Brasil no concerto das nações civilizadas (PATTO, 1999, p. 167).

De acordo com Benjamin (2012), diante do perigo de contaminar a tradição com a ideologia da classe dominante, como discorre na sétima Tese, sobre a tradição e seu processo de transmissão, a recomendação de Fustel de Coulanges, historiador francês do século XIX, prevê que o

pesquisador interessado em estudar uma época deveria esquecer tudo o que sabe sobre as outras. Para o filósofo, o historiador tradicional tem contato com o passado através da *Einfühlung*, que pode ser traduzida por “identificação afetiva” ou “empatia”, um mergulho supostamente desinteressado em busca de um conhecimento acerca de como as coisas deveriam ter sido. Entretanto, para Benjamin (2012), o historiador materialista deve estabelecer uma relação entre presente e passado, evitando deitar-se em uma cama ideológica. O grande problema que ele apresenta sobre o método do positivismo é que esse esquece a necessidade de olhar para o passado a partir do presente e de levar em consideração suas afinidades. A proposição de Coulanges é impossível para Benjamin, pois com quem o pesquisador, aparentemente neutro, se identifica? Sua resposta é categórica, com o vencedor, visto que quem domina no presente é um herdeiro dos que dominaram no passado. O historiador materialista deve estar atento a isso e nadar na direção contrária, interrompendo o fluxo contínuo de um contar histórico que se diz neutro, mas, repetindo, é ideológico. “Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 2012, p.244).

“O sertão é sem lugar” (Trecho retirado do romance Grande Sertão: veredas, de Guimarães Rosa, 2019, p. 310).

A entrada do Sertão: está sobre um socalco do maciço continental, ao norte. Demarca-o de uma banda, abrangendo dous quadrantes, em semicírculo, o Rio de S. Francisco; e de outra, encurvando também para sudeste, numa normal à direção primitiva, o curso flexuoso do Itapicuruaçu. Segundo a mediana, correndo quase paralelo entre aqueles, com o mesmo descambar expressivo para a costa, vê-se o traço de um outro rio, o Vaza-Barris, o Irapiranga dos tapuias, cujo trecho de Jeremoabo para as cabeceiras é uma fantasia de cartógrafo. De fato, no estupendo degrau, por onde descem para o mar ou para jusante de Paulo Afonso as rampas esbarrancadas do planalto, não há situações de equilíbrio para uma rede hidrográfica normal. Ali reina a drenagem caótica das torrentes, imprimindo naquele recanto da Bahia facies excepcional e selvagem (CUNHA, 2011, p.25).

Há um notável traço de originalidade na gênese da população sertaneja (CUNHA, 2011, p.100).

Além destes motivos, sobreleva-se, considerando a gênese do sertanejo no extremo norte, um outro: o meio físico dos sertões em todo o vasto território que se alonga do leito do Vaza-Barris ao do Parnaíba. Vimos-lhe a fisionomia original: a flora agressiva, o clima impiedoso, as secas periódicas, o solo estéril crespo de serranias desnudas (CUNHA, 2011, p. 111).

De sorte que o mestiço- traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares- é, quase sempre, um desequilibrado (CUNHA, 2011, p. 113).

É um retrogrado; não é um degenerado. Por isso mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, preparam-no para conquistar um dia (CUNHA, 2011, p. 116).

Creemos que, de acordo com estas ideias, se pode dividir atualmente a população nacional nos seis grupos seguintes: branco, negro, mulato, mameluco ou caboclo, cafuzo e pardo (RODRIGUES, 1989, p.129).

Ao invés da inversão extravagante que se observa nas cidades do litoral, onde funções altamente complexas se impõem a órgãos mal constituídos, comprimindo-os e atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento - nos sertões e a integridade orgânica do mestiço desponta inteiriça e robusta, imune de estranhas mesclas, capaz de envolver, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é sólida base física do desenvolvimento moral ulterior (CUNHA, 2011, p. 117).

Na fase em que se acha a constituição da nossa população, se já é lícito falar-se de uma individuação mestiça como produto histórico, não é permitido aceitar ainda a existência de um grupo etnológico único passível de uniformidade na manifestação de um caráter antropológico do valor das aptidões mórbidas (RODRIGUES, 2006, p. 130).

O jagunço é um produto tão mestiço no físico que reproduz os caracteres antropológicos combinados das raças de que provém, quanto híbrido nas suas manifestações sociais que representam a fusão quase inviável de civilizações muito desiguais (RODRIGUES, 2006, p. 49).

Ribeiro (1995) descreve o Brasil sertanejo como um lugar de terras frescas e férteis, com rica cobertura florestal, onde encontrávamos os engenhos de açúcar na época do Brasil colônia. Essas terras começam na orla úmida do agreste e percorrem as grandes extensões semiáridas das caatingas. Ao adentrar o Brasil central, os cerrados elevam-se em planaltos, estendendo-se por léguas. Sua vegetação é rala, encontrando-se faixas de florestas em galerias cortando o mediterrâneo, seguindo o curso dos rios principais; as matas vão ficando mais densas, com palmeiras, carnaúba ou babaçu. A vegetação comum, entretanto, é pobre, formada por pastos naturais secos e ralos, além da presença de arbustos com ramos e troncos tortuosos, suas folhas são duras e maciças e essa pobreza da terra é fruto da irregularidade pluvial. Nesse ambiente mais seco predominam as cactáceas e xerófilas, prontas a condensar a umidade em suas folhas fibrosas.

O desenvolvimento da economia pastoril, associada primeiramente à produção açucareira, que fornecia carnes, couros e bois de serviço, iniciou no agreste, foi depois para as caatingas e, por último, aos cerrados. Por mais que seja uma economia pobre e dependente, contou com o

crescimento do mercado interno e a exportação de couro para sobreviver durante os séculos. A partir disso, formou-se uma população particular com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada pelas características pastoris, dispersão espacial e traços bem característicos no modo de vida, organização familiar, vestimenta, dieta e culinária, visão de mundo, propensão ao messianismo e estruturação do poder.

Ainda conforme o autor, o crescimento do pastoreio se deu pela multiplicação e dispersão dos currais, em que o gado era comprado, mas as terras pertenciam à Coroa, sendo concedidas, de forma gratuita, em sesmarias àqueles que eram considerados merecedores de tal favor. No início, os próprios senhores de engenho do litoral eram os sesmeiros, mas posteriormente essa atividade tornou-se especializada, formando os maiores detentores de latifúndio no Brasil. Assim, esse tipo de regime de trabalho, chamado de pastoreio, não tem raízes na escravidão, pois o próprio vaqueiro podia juntar peças de rebanho que levaria para zonas mais ermas a fim de desbravá-las, conformando um sistema de soldo que era consequência do fornecimento de gêneros de manutenção.

Os sesmeiros entregavam as terras aos cuidados de um vaqueiro que, com sua família e ajudantes, recebia parte do gado para criar e zelar. Esses núcleos formados plantavam, amansavam vacas, produziam leite, queijos etc., constituindo o que hoje conhecemos por núcleo rural brasileiro. As relações com os donos das terras e do rebanho eram diferentes das do engenho, mas também tinham hierarquias rígidas. O senhor era considerado um compadre e padrinho, respeitado por seus homens, mas também respeitador das qualidades funcionais desses, ainda que não respeitasse seus valores ou dignidade pessoal. Dessa forma, o convívio mais intenso entre compadre e padrinho não diminuía a distância social dessas classes, prevalecendo as diferenças hierárquicas.

Em contraste com as condições de vida e trabalho do engenho, a criação de gado atraía brancos pobres e mestiços do litoral, oferecendo uma constante mão-de-obra e dispensando a necessidade de escravos. Esse fato explicaria o fenótipo predominantemente branco de base indígena do vaqueiro nordestino. Para Ribeiro (1995), essas características são fruto da miscigenação continuada com os grupos indígenas dos sertões. Apesar da distância com os centros urbanos, algumas formas de sociabilidade foram se desenvolvendo entre os moradores diante da necessidade de cooperação, como as vaquejadas, fruto da necessidade de apartar o gado. Posteriormente, essas situações tornaram-se festividades regionais. O culto a santos padroeiros e as festividades religiosas proporcionavam momentos de convívio entre as famílias, resultando em

bailes e casamentos. Entretanto, mesmo diante dessa convivência, o que predominava era o isolamento e os núcleos estruturados autarquicamente. Tanto as atividades pastoris quanto as condições climáticas do sertão levaram à formação singular própria da figura do homem e do gado. O sociólogo afirma que “ambos diminuíram de estatura, tornando-se ossudos e secos de carne” (RIBEIRO, 1995, p.345).

Ao longo do tempo, percorrendo algumas terras úmidas, surgem, ao lado da criação animal, lavouras comerciais de gênero alimentício; esse tipo de agricultura culminou em concentração demográfica maior, tornando-se futuramente grandes reservatórios de gente que saíam em busca de trabalho para outras regiões do País. Dessa maneira, os sertões consistem em um grande reservatório de mão-de-obra barata que sobreviviam, em sua grande maioria, das contribuições enviadas por aqueles que haviam emigrado. Porém, um fator agravante a esse cenário é o de que os que emigravam constituíam, em geral, os poucos que conseguiam alcançar a idade madura, com maior vigor físico, fixando-se nas regiões ricas do Brasil. Assim, o elemento mais eficiente e vigoroso da região é roubado no momento que poderia ressarcir seu custo social.

Mesmo diante dessa escassez da miserável exploração pastoril, da precariedade das lavouras e atividades extrativistas que dificultam a sobrevivência, o sertão regurgita de gente. Esse excedente de mão-de-obra vive de forma dramática as secas que assolam a região periodicamente, tornando-se “levas de flagelados que emergem do sertão esturricado pela seca e pelo sol causticante, enchendo, primeiro, as estradas, depois as vilas e cidades sertanejas com a presença sombria de sua miséria” (RIBEIRO, 1995, p. 348). As secas nordestinas tornaram-se um problema nacional, que demandou medidas emergenciais do governo e quem fez essa mediação foram aqueles que se encontram entre o povo flagelado e o governo, a poderosa camada senhorial de coronéis, mais interessados com a sobrevivência de seu gado do que com seus trabalhadores. Surgem, desses movimentos, órgãos públicos para lidar com a seca e distribuir água pela região, sempre “na mão” e sob a guarda das forças políticas, cujo interesse é oposto ao da população.

Tomados pelo medo e sob condições de domínio despótico, o sertanejo continua demonstrando respeito e lealdade ao patronato, temerosos de que pudessem ser malvistas ou até excluídos do nicho que viviam. Caso isso acontecesse cairiam na terra de ninguém e passariam a ser fora da lei, o que, paradoxalmente, constituía um caminho de liberdade contra a opressão. Nesse sentido, Ribeiro (1995) relata que muitas pessoas se lançavam em frentes pioneiras para desbravar

novas terras e ocupá-las; esses criadores de novos nichos acabavam perdendo as terras encontradas quando seu “verdadeiro” dono chegava, os sesmeiros.

Desenvolveram-se, assim, as populações sertanejas, longe da costa atlântica, em pequenos nichos dispersos no deserto humano que constitui o mediterrâneo pastoril. Conservavam inúmeros traços arcaicos, somando a eles diversas peculiaridades adaptativas devido à função produtiva que exerciam ou decorrente dos modelos de sociedade que desenvolveram. Se diferem da população do litoral – que aproveitavam o intenso convívio social e mantinham comunicação com o mundo – no que diz respeito a sua postura e mentalidade conservadora e fatalista. Tal distanciamento cultural acabou culminando em incompreensões recíprocas e conflitos sangrentos. Para Ribeiro (1995), os sertanejos se distanciaram espacial, social e culturalmente dos litorâneos, fazendo-os parecer povos distintos ou, como disse Euclides, dois Brasis.

O sertanejo arcaico, a partir da descrição de Ribeiro (1995), configura-se por uma religiosidade primitiva que se inclina ao messianismo fanático, devido ao modo de pensar atrasado, rusticidade e predisposição ao sacrifício e violência. Além disso, suas qualidades morais caracterizam-se pela valorização da honra pessoal e fidelidade. Para ele, esses traços peculiares levaram a formação anômica de condutas que envolveram multidões, culminando em problemas sociais de grande gravidade. Esse fanatismo religioso, cuja raiz é comum ao cangaço, é uma expressão de penúria e atraso que, sem a possibilidade de expressar-se de forma mais elevada de consciência e luta, levou massas desesperadas ao caminho da violência e do misticismo militante. O sertão inteiro espera pelo dia em que o salvador da pobreza surgirá, subvertendo a ordem no mundo e reintegrando a dignidade. A celebre frase “o sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão” é o eco do messianismo português ligado a D. Sebastião presente no sertão brasileiro.

Ribeiro (1995) cita conflitos que tinham como centro o mito sebastianista e relata que os fazendeiros notavam o caráter subversivo dos líderes messiânicos, que, por trás da Bíblia, pregavam o abandono das fazendas e a luta pela divisão de terras. Ao citar a Guerra de Canudos, diz que sua memória se perpetuou na tradição oral dos sertanejos, que o pouco que se recolheu das memórias e se ouviu dos episódios de resistência e luta, ficou a herança do ensinamento de Antônio Conselheiro sobre a possibilidade de criar uma ordem social nova, sem autoridades.

Esse conflito ocorreu em um palco e, nesse mesmo lugar, encontra-se o que chamamos de Sertão Nordeste.

- Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai.

Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca de ponta. Mas o pequeno esperneou acuado, depois sossegou, deitou-se, fechou os olhos. Fabiano ainda lhe deu algumas pancadas e esperou que ele se levantasse. Como isso não acontecesse, espiou os quatro cantos, zangado, praguejando baixo.

A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos.

- Anda, excomungado.

*O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca aparecia-lhe como um fato necessário – e a obstinação da criança irritava-o. Certamente, esse obstáculo miúdo não era culpado, mas dificultava a marcha, e o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde (Trecho retirado do romance *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, 1953, p. 09).*

*No centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo! (Trecho retirado do romance *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, 2019, p.266).*

Na fase sociológica que atravessam as populações nômades e guerreiras dos nossos sertões, na crise social e religiosa por que elas passam se há de escavar o segredo dessa crença inabalável, dessa fé de eras priscas em que a preocupação mística da salvação da alma torna suportáveis todas as privações, deleitáveis todos os sacrifícios, gloriosos todos os sofrimentos, ambicionáveis todos os martírios (RODRIGUES, 1989, p.42).

Esta justaposição histórica calca-se sobre três séculos. Mas é exata, completa, sem dobras. Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira ainda a mesma atmosfera moral dos iluminados que enalçavam, doudos, o Miguelinho ou o Bandarra. Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do sebastianismo. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador, nos sertões do Norte (CUNHA, 2011, p. 143).

Pelo lado etnológico não é jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representa-o em rigor o mestiço do sertão que soube acomodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita (RODRIGUES, 2006, p.49).

Seria desconhecer o nosso próprio país acreditar que nessas vastas regiões seja mais do que nominal a existência da civilização européia. O que ali impera é um compromisso entre as tendências para uma organização feudal por parte da burguesia abastada e a luta das represálias de tribos bárbaras ou selvagens por parte da massa popular (RODRIGUES, 2006, p.50).

A *Ursprung* de Conselheiro aponta sua origem como salto para fora da linha cronológica linear que estamos acostumados. Ela quebra a linha do tempo e realiza cortes no discurso da historiografia oficial. “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de tempo de agora” (BENJAMIN, 2012, p. 249).

É nesse saltar insistente que os fragmentos acima atingem nossos olhos. Porém, sabemos que para ter acesso a esse passado recalcado e tentarmos analisar a constelação da identidade instituída de Antônio Conselheiro, é necessário uma crítica das noções prevalentes nas versões oficiais sobre Canudos, objetivando recortar os extremos que as configuraram, ilustrados nas duas primeiras passagens, a primeira descrevendo as difíceis condições que a terra propiciava aos homens, mesmo que, paradoxalmente, eles as compreendessem, como revelado pelo trecho em que o peão Fabiano de Vidas Secas, reconhece a seca como um fato necessário. A segunda passagem descreve a forma religiosa comum naquelas paragens, obviamente utilizando-se de termos negativos e até mesmo preconceituosos, o que não impede, como afirmado por Vasconcellos (2017), a explicitação clara de uma articulação entre a doutrina religiosa católica, dominante no Brasil à época, com a devoção popular, o que, em sua opinião, revela a extraordinária complexidade dessas manifestações religiosas, felizmente reconhecidas, mesmo de modo contraditório, por Euclides da Cunha (2011), que as caracterizou como “religião mestiça”. Por sua vez, a terceira passagem marca o recorte mais extremo de todos, a loucura que impele à racionalidade particular e necessária para a vida nas condições do sertão.

Neste ponto, é de particular relevância destacar a possibilidade de outras formas de caracterizações da vida sertaneja e dos sertanejos, contrapondo às feitas por Ribeiro (1995), citadas anteriormente, e àquelas presentes nas páginas dos sertões de Euclides da Cunha (2011), pois não escapam à visão dominante de uma hierarquia evolutiva, com uso frequente de expressões como “atraso”, “atávico”, “vulgar”, “rude”, “misticismo”, “fetichismo”, “pobreza”, “feiura”, “secura”, entre outras, a maioria pejorativas. Para Benjamin (2012), essa forma de narrar falha por não recuperar toda a memória disponível nas experiências vividas por aqueles indivíduos, entendidas como *Erfahrung*, caracterizadas por um tipo de conhecimento adquirido através do compartilhamento e da acumulação, capazes de resistir ao tempo e de se desdobrarem. Tendo em vista que a atividade do narrar é indissociável do movimento de lembrar e esquecer, em que a relação entre o narrador e o ouvinte é dominada pelo interesse em preservar o narrado.

As narrativas não podem prescindir dos relatos orais, o que parece ter sido o caso nos textos analisados. Estes fatos podem ser explicados, pelo que Benjamin (2012) define como a sujeição do indivíduo a técnica, marcada pela velocidade e intensidade das transformações, impedindo sua assimilação pela palavra, criando uma ausência que, por sua vez, é causada pela dificuldade de se contar histórias. Essa ausência resulta em um processo de dupla interiorização, em que os valores

individuais privados substituem as certezas coletivas. Assim, a história do si vai ocupando o lugar vazio deixado pela história comum.

Como já apresentado anteriormente, o narrador tradicional tecia sua história a partir de experiências comuns, não impondo um contexto psicológico ou uma explicação dada previamente. Em razão disso, a história não se esgotava e conservava suas forças, sendo possível, mesmo depois de muito tempo, desdobrar-se.

Alguns amigos sugerem-nos a ideia de mandar vir de Canudos o crânio de Antônio Maciel, o Conselheiro, encontrado morto no santuário que lhe servia de altar e baluarte. Perfilhamos a ideia por dois motivos principais. Primeiro, porque convém retirar do sertão da Bahia os restos mortais do velho bandido, que conseguiu fanatizar aquelas populações valentes e crédulas, as quais, passado o primeiro susto, pouco e pouco transformariam Belo Monte em nova Meca. Em segundo lugar, porque, a ser autêntico o retrato que os jornais publicam, o estudo do crânio de Antônio Maciel oferece particularidades dignas de serem assinaladas cientificamente. De fato, nesse retrato o índice cefálico é tal que deve orçar por uns 85, o que equivale dizer que se trata de um crânio braquicéfalo, que, na opinião de Retzins, naturalista alemão, é característico das raças superiores. A curteza do diâmetro anteroposterior deve fazer supor que o segmento correspondente à região motora do cérebro acha-se abaixo da média do homem são, circunstância essa que desperta, conforme ensina Benedikt, a ideia de tratar-se de um epilético. Essa suposição é corroborada ainda pelo estudo psicológico da natureza de Antônio Conselheiro, em tudo análoga à dos epiléticos, que na frase feliz de Samt, “trazem o livro de missa na algibeira, o nome de Deus nos lábios, e os estigmas do crime e do banditismo no corpo” (GALVÃO, 2006, p. 1966-1969).

No excerto acima, pode-se encontrar elementos que Benjamin (2012) elenca como responsáveis pela perda da capacidade de narrar histórias, visto que está recheado de informações previamente explicadas, não permitindo aos leitores o seu recontar, impedindo, por essa via, qualquer possibilidade de ressignificação.

Desta feita, podemos nos questionar como preservar, em uma narração, seu caráter salvador do passado, ou ainda, como deixá-la inacabada, preservando o movimento paradoxal de restauração e abertura característicos do conceito de origem. De acordo com Gagnebin (1994), o esforço do historiador materialista em salvar o passado não encontra dificuldade apenas no fim da tradição de uma experiência compartilhada, mas em um sofrimento que, ao tornar-se realidade, não é passível de comunicação, não se dobra diante das palavras disponíveis.

A fase inicial da sua loucura, o período de inquietação, de análise subjetiva, ou de loucura hipocondríaca, em rigor nos escapa na história de Antônio Maciel e ninguém de um conhecimento mais íntimo de sua vida no lar. É, porém, fácil perceber a influência das alucinações, e a procura

da fórmula do seu delírio no que sabemos das suas lutas conjugais e sobretudo nessas mudanças repetidas (RODRIGUES, 2006, p.44).

O fator sociológico, que cultivara a psicose mística do indivíduo, limitou-a sem a comprimir, numa harmonia salvadora. De sorte que o espírito predisposto para a rebeldia franca contra a ordem natural cedeu à única reação de que era passível. Cristalizou num ambiente propício de erros e superstições comuns (CUNHA, 2011, p.154).

A coerência do seu delírio se demonstra na correção com que desempenha o papel de enviado de Deus. A sua vida em que o desprezo das preocupações mundanas o leva a prescindir de todos os cuidados higiênicos do corpo, se prende o menos possível à contingência dos mortais. Antônio Conselheiro não dorme, não come ou não come quase. O seu viver é uma oração contínua e contínuo o seu convívio com Deus, provavelmente de origem alucinatória (RODRIGUES, 2006, p.46).

Ele para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciais – vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos quando resumidos numa individualidade (CUNHA, 2011, p.151).

Alguma coisa mais do que a simples loucura de um homem era necessária para este resultado e essa alguma coisa é a psicologia da época e do meio em que a loucura de Antônio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica (RODRIGUES, 2006, p.48).

Essas psicoses epidêmicas despontam em todos os tempos e em todos os lugares como anacronismo palmare, contrastes inevitáveis na evolução desigual dos povos, patentes sobretudo quando um largo movimento civilizador lhes impele vigorosamente as camadas superiores (CUNHA, 2011, P. 203).

Evitada a intrusão dispensável de um médico, um antropologista encontrá-lo-ia normal, marcando logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução (CUNHA, 2011, p.152).

Não era um incompreendido. A multidão aclamava-o representante natural das suas aspirações mais altas (CUNHA, 2011, p.151).

Esses fragmentos são relativos ao diagnóstico de psicose progressiva feito pelo médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) a partir das dimensões do crânio de Conselheiro. Nina foi um importante médico legista e psiquiatra do período de transição do Brasil império para o Brasil república, além de ter sido um dos primeiros intelectuais brasileiros a formular hipóteses e teorizar sobre a chamada Psicologia das Multidões. Foi considerado pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no País, afirmando que a questão social era de extrema relevância para a compreensão da formação racial da população brasileira. Inicialmente, participou de um grupo de médicos chamado

Escola Tropicalista Brasileira, que tinha como objetivo pesquisar doenças tropicais que acometiam a população pobre do Brasil, principalmente os escravos. Após desligar-se da escola, passou a se dedicar aos estudos biossociológicos, em que o biológico era visto como determinante social, inspirando-se nas teorias de Cesare Lombroso e Wilhem Wundt, além de seguir os preceitos teóricos positivistas de Augusto Comte.

Os pressupostos do positivismo, de acordo com García (1989), não reconhecem a existência de leis científicas sobre a essência dos fenômenos e se limitam ao nível das relações entre eles. Além disso, ao enxergarem as leis que regem os fenômenos como independentes da vontade, invariáveis e intemporais, a metodologia empregada nas ciências naturais e sociais é a mesma. Nessa linha de pensamento, a finalidade da medicina, ainda segundo o autor, é de cura e prevenção de doenças, dificultando a inclusão de outros determinantes advindos do que eles chamam de ‘totalidade social’. Essa forma de pensar a saúde torna alguns conflitos sociais imperceptíveis, voltando-se, apenas, para o nível individual ou psicológico dos problemas, ou seja, uma prática médica voltada para desvios individuais, o que, conseqüentemente, leva a medicina a preservar os interesses de grupos dominantes.

Nina, segundo Jacobina (2006), também é influenciado pelos fundamentos teóricos de Scipio Sighele e Gabriel Tarde quanto à teoria sugestiva-imitativa, que destaca o papel fundamental da sugestão coletiva no contágio mental. Para Sighele, ainda conforme o autor citado, a coletividade era entendida como um grupo heterogêneo que se diferencia em suas características individuais, como sexo, gênero, idade e classe social, mas se une diante de uma crença ou ideias comuns levadas por uma pessoa agregadora, cuja habilidade é convencer os demais a segui-lo em um empreendimento coletivo. Já Tarde, como explicitado por Jacobina (2006), considerado um dos marcos da sociologia francesa do século XIX, debruçou-se sobre os estudos da microsociologia, procurando compreender como se dava a perpetuação e/ou desaparecimento de crenças e desejos no meio social. Os principais interlocutores de Nina, Tarde e Sighele, acreditavam que nas coletividades predominavam os atos-reflexos, onde duas leis regiam seus comportamentos: a sugestão e imitação. Tal característica aglutinadora seria capaz de animar uma coletividade sob o comando de um único sujeito, além de serem essenciais na formação de duplas, trios ou ajuntamentos de milhares de pessoas.

Seguindo esse caminho teórico, Nina inicia seus estudos sobre multidões em 1890, quando examinou uma epidemia coletiva em Salvador-BA. Mas foi no livro **Coletividades anormais**

(RODRIGUES, 2006) que o psiquiatra realmente desenvolve sua teoria acerca do assunto e onde encontramos o artigo voltado para Guerra de Canudos e análise do perfil psicopatológico de Antônio Conselheiro. Mesmo que as construções discursivas de Nina, Tarde e Sighele, citados anteriormente, tenham sido de grande relevância em sua produção, suas ideias não foram assimiladas integralmente. Esses pensadores, segundo Rodrigues (2006), acreditavam que o louco era incapaz de se agrupar, vivendo perdido em seus próprios sonhos, o que era mais bem explicado pelo nome “alienado” – um estranho ao que fazem e dizem – sendo justificável deixá-los apartados da sociedade. Entretanto, Nina discordava desse posicionamento, afirmando que “a loucura não é mais do que o estado psicológico em que se pode encontrar uma espécie de multidão qualquer” (RODRIGUES, 2006, p. 61). Dessa forma, uma multidão louca não se distinguia de outros tipos de multidão, pois as multidões têm caráter múltiplo, sendo que multidões de qualquer espécie podem apresentar ora sintomas de normalidade, ora de insanidade. Aqui, fica demarcada a diferença dos pensadores, pois para Tarde e Sighele, as multidões se definiam pela lógica da sugestão e imitação, ao passo que para Nina sua base era de caráter patológico.

Rodrigues (2006) afirma, também, que uma multidão não pode ser vista como uma simples união de indivíduos, porque, no fundo, ela é uma associação psicológica, “[n]ela desaparecem as diferenças, as desigualdades, as individualidades, para a formação de uma unidade psicológica onde domina o caráter inconstante e impulsivo dos primitivos” (RODRIGUES, 2006, p. 62). Assim, seria difícil encontrar esse estado de multidão, principalmente dominadas por ideias de classe, seita ou corporação, em sociedades desenvolvidas ou, como ele descreveu, nos povos civilizados. Partindo das ideias de Gustavo Le Bon, Rodrigues (2006) diz que o estado mental sempre terá participação na psicologia coletiva, por isso, não importa a forma que a coletividade adquira, ao ser comandada por um hábil agregador, que ele chama de *meneur*, o estado de multidão pode ser constituído. Ele é um estado em que podemos visualizar uma exaltação passional, acompanhada de um descontrole de vida cerebral, perdendo-se, assim, a personalidade consciente e capacidade de discernimento.

O contágio mental, conforme Rodrigues (2006), se dá pela sugestão coletiva e o que ele chama de *meneur* é uma pessoa com a capacidade de exaltar os ânimos de outras pessoas que compõem a multidão através da sugestão. A loucura e o desequilíbrio mental, de acordo com ele, são, frequentemente, presentes nesses indivíduos devido à intensidade das emoções que “exageradas pelo crescimento das aglomerações e pela repercussão sugestiva dos sentimentos que

dominam a multidão, e que se produz nos *meneurs*, seja suficiente para transformar a cólera dos chefes de multidão em um estado patológico” (RODRIGUES, 2006, p. 69). Em suas observações pessoais ele descreve Antônio Conselheiro como exemplo de um *meneur*, cuja liderança levou ao que ele chamou de “epidemia de loucura religiosa em Canudos”. Seu principal argumento fundamenta-se no fato de que tanto o líder quanto seus seguidores eram fruto de uma população mestiça que ainda carregava uma grande influência de seus ascendentes selvagens (índios, negros e bárbaros). A partir disso, partindo de tal premissa, o sentimento religioso daquelas pessoas, para Rodrigues (2006), não passaria de um tipo de fetichismo grosseiro, pois a catequização de grupos selvagens criou conflitos de difícil resolução diante da incapacidade de assimilar ideias abstratas advindas da verdadeira emoção religiosa, superiores a capacidade intelectual que possuíam. Outro fator relevante relaciona-se ao nível social e político em que se encontravam, pois, para o autor, não havia saído de organizações nitidamente tribais, onde predominava a rivalidades e guerrilhas. Rodrigues (2006) também pontua que, frequentemente, encontrava-se manifestações de insanidade em indivíduos nessa população específica.

Ao defender a noção de contágio, Rodrigues (2006) aponta que era esperado a população rural ter aderido à propaganda político religiosa de Conselheiro pois sua maioria era composta por raças inferiores. Ele exemplifica tal feito expondo que não apenas seus seguidores acreditavam em suas palavras, mas também pessoas de classes mais pobres, inclusive soldados que compunham as expedições. Dessa forma, o contágio ocorreu através de uma comunicação de verdadeira alienação mental, em que cada membro refletia tal loucura de acordo com sua predisposição neuropática. Essa alienação, ainda segundo o médico legista, provocou um estado de delírio coletivo, de caráter político religioso, com uma potência tão grande que foi necessário utilizar a força do exército para dispersá-los. Partindo de um estudo de Magnan, Rodrigues (2006) realiza o diagnóstico do líder como uma psicose sistematizada primitiva devido as seguintes circunstâncias: longa duração do delírio, suas transformações em fases diferentes, sistematização do delírio e presença de alucinações. Após minuciosa descrição das medidas de seu crânio, Nina constata que não existe presença de degenerescência, sendo que o cérebro poderia ser considerado normal. Entretanto, devido a sua qualidade de mestiço, ele enxergava a necessidade de examinar cuidadosamente sua história para que o diagnóstico fosse confiável.

Os antecedentes hereditários encontrados por Rodrigues (2006) apontam para uma família cearense reconhecidamente valente, visto que estiveram em diversas lutas de extermínio no sertão,

onde apresentaram comportamentos de bravura e crueldade. Para o autor, esse fato é uma consequência do estado social dessa população, sendo relevante para análise apenas o temperamento agressivo herdado. Além disso, ele encontrou duas versões sobre sua infância, uma que descrevia Conselheiro como uma criança cruel e rebelde e outra que ele tinha um caráter tranquilo e dócil, apesar de dissimulado em alguns momentos. Nina acreditava que a primeira versão tinha relação com a crença de que o líder era um degenerado físico e, para sustentá-la, criou-se essa teoria. Ele acreditava na segunda, principalmente porque o líder messiânico cuidou das irmãs após a morte do pai. Outro fator que levou Nina a defender a segunda hipótese foi achar quase impossível um sujeito com demência liderar até o último dia a batalha de Canudos, pois, como se sabe, Conselheiro viveu até o último dia afastado completamente e entregou a seu papel de emissário divino.

“Antônio Conselheiro é seguramente um simples louco. Mas a sua loucura é daquelas em que a fatalidade inconsciente da moléstia registra com precisão instrumental o reflexo, senão de uma época pelo menos do meio em que elas se geraram” (RODRIGUES, 2006, p. 146). A partir dessa afirmação, o autor estabelece como foi feita sua análise diagnóstica, pautada pelas condições sociológicas do meio. Ao descrever as três fases de sua psicose primitiva, ele diz que essas coincidiram com as três fases de sua vida. A fase inicial se deu diante das diversas brigas com a sogra e a mulher, diversas mudanças de cidade e emprego, além de ter ferido um parente que se hospedou em sua casa. Para o médico, nesse último acontecimento já era possível observar a presença de um delírio de perseguição, constituindo-se em um período de inquietação e loucura hipocondríaca.

Por tal forma característica dos delirantes crônicos é este modo de reação que Favila crismou de alienados migradores, aqueles que repetidas e sucessivas mudanças pedem de balde um refúgio, uma proteção contra a implacável perseguição que lhes movem as próprias alucinações (RODRIGUES, 2006, p. 147).

Em 1876, Conselheiro inicia suas andanças pelo sertão e descobre a forma de seu delírio: ser um enviado de Deus. Para Rodrigues (2006), era o início da fase megalomaniaca da psicose, em que ele se autodenominou Bom Jesus Conselheiro. Saía pelos sertões empreendendo missões como os religiosos de todas as ordens, vestindo sempre uma túnica azul amarrada com uma corda branca e não usava sapatos. Nessas andanças, pregava contra o luxo, os maçons e queimava todos os objetos que não eram necessários para a vida de um asceta. Na opinião de Rodrigues (2006), ele

desestabilizou a vida pacífica e tranquila da população agrícola, levando-os para o comunismo, inclusive obrigando os mais abastados a fazerem doações de seus recursos em favor dos menos favorecidos. Após um importante acontecimento em sua vida, ter sido preso e levado de volta ao Ceará por conta de um crime do qual mais tarde seria inocentado, aumentou a adesão de fiéis e sua influência entre as pessoas, culminando no terceiro período de sua psicose progressiva. Ao intitular-se um inimigo dos maçons e das ordens religiosas tradicionais, realça seu delírio de perseguição, o que foi agravado ao concretizarem as reformas no governo diante da república nascente, como a separação Estado e Igreja. Conselheiro, conseqüentemente, personifica o inimigo da república e se declara monarquista, nega-se a receber moedas que não possuíssem o timbre do rei, além de estimular as pessoas a não pagarem impostos ou validarem o estado civil que não estivesse seguindo os pressupostos religiosos.

É natural que estas camadas profundas da nossa estratificação étnica se sublevassem numa anticlinal extraordinária- Antônio Conselheiro (CUNHA, 2011, p. 150).

*Quem tiver sua mulata
Traga ela num cordão
Que Antônio Conselheiro
Tem unhas de gavião
(Trova folclórica de Sergipe)*

A conduta de Antônio conselheiro, desde que se fez pregador, foi irrepreensível. Não se lhe aponta uma atitude sequer de homem conquistador (CALASANS, 2002, p. 32).

*O sol já se levanta
Cheio de resplendô
Antonio substitue Jesus
Que do castigo nos livrou
(JORNAL A NOTÍCIA, 1897, apud CALASANS, 1997, p.150-152)*

(...) [P]renderam-no em 1876 (...) portou-se com absoluta serenidade perante a polícia. Conteve seus adeptos, impedindo qualquer manifestação de resistência às ordens das autoridades (CALASANS, 1986, p.34).

Verificado no Ceará que Antônio Conselheiro não era criminoso e posto em liberdade imediatamente (RODRIGUES, 2006, p. 45).

Não estava nos seus propósitos operar milagres. Não se declarara, nos primeiros tempos, um enviado do senhor. Era, apenas, um homem temente a Deus, que fazia penitência e pregava o bem (CALASANS, 1986, p. 34).

Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da Rua de S. José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

– Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.

– Quem?

– Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso, se não percebeste que "esse homem que briga lá fora" é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces. A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita dos Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. Não sabe o nome do Messias; é "esse homem que briga lá fora". A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O nome de Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais. Ela levava uma pequena, naturalmente filha; um dia contará a história à filha, depois à neta, à porta da estalagem, ou no quarto em que residirem.

Esta é a celebridade. Outra prova é o eco de Nova Iorque e de Londres onde o nome de Antônio Conselheiro fez baixar os nossos fundos. O efeito é triste, mas vê se tu leitor sem fanatismo, vê se és capaz de fazer baixar o menor dos nossos títulos. Habitante da cidade podes ser conhecido de toda a Rua do Ouvidor e seus arrabaldes, cansar os chapéus, as mãos, as bocas dos outros em saudações e elogios; com tudo isso, com o teu nome nas folhas ou nas esquinas de uma rua, não chegarás ao poder daquele homenzinho, que passeia pelo sertão uma vila, uma pequena cidade a que só falta uma folha, um teatro, um clube, uma polícia e sete ou oito roletas, para entrar nos almanaques (MACHADO DE ASSIS, 1897).

(...) Descaso não só com a produção escrita pelo Conselheiro⁴, que compila e recompõe alteridades para responder às insistentes questões da existência individual e coletiva (...) mas também com o religioso como tecido irreduzível para a construção de representações existências, éticas e morais, de entendimentos quanto ao estar no mundo, organizador indispensável da vida e morte de Belo Monte (VASCONCELLOS, 2017, p.12).

Tão forte era o poder do grande homem que ao seu lado ninguém precisava trabalhar. Ele transformara Canudos numa verdadeira terra da promessa, onde corria um rio de leite e era cuscuz de milho os barros (FREI MONTE MARCIANO, 1895 apud CALASANS, 1986, p. 35).

Ele veio a tornar-se o bode expiatório que a todo custo teria de ser eliminado, em vistas ao bem e ao alívio da consciente nacional, para o que os sertões deu contribuição radicalmente decisiva. Refiro-me ao silenciamento sobre Antônio Conselheiro, na academia, e por extensão na opinião pública mais geral (VASCONCELLOS, 2017, p.10).

Nota-se que as modernas produções sobre o assunto não escapam do modelo euclidiano, que pinta conselheiro como dotado de algum tipo de debilidade mental e anunciador costumaz de catástrofes apocalípticas, fim do mundo (...) (VASCONCELLOS, 2017, p. 11).

⁴ Se refere ao livro **Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, para a Salvação dos Homens**, de autoria do próprio Antônio Conselheiro que constitui uma coletânea de reflexões sobre temas variados, de matiz fundamentalmente religioso, escrito durante a época em que era líder do vilarejo que ele batizou como Belo Monte.

Para Euclides da Cunha (2011), o historiador deve avaliar Antônio Conselheiro a partir da sociedade que o criou da mesma forma que um geólogo estuda a formação rochosa do Nordeste levando em consideração o meio. O autor acredita que ele não passa de um psicótico quando olhado de forma isolada, mas, ao ser analisado em conjunto com o meio, esse olhar espanta, “[é] uma diátese, e é uma síntese” (CUNHA, 2011, p.150). Sua história é relevante para compreendermos o percurso feito e como Conselheiro chega a Canudos, além de aspectos que comprovariam seu diagnóstico de psicose, mas não demonstram uma sucessão de episódios de loucura. “Ele [Conselheiro], para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciais – vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos, quando resumidos numa individualidade” (CUNHA, 2011, p. 151).

Esse sujeito foi um elemento passivo e ativo na guerra, pois seu tipo de temperamento foi o que o fez absorver as crenças presentes no ambiente, as quais refletiram sobre os meios e seus seguidores a partir de sua consciência delirante. Nesse sentido, todos os elementos advindos de crenças ingênuas das aberrações católicas ou do fetichismo bárbaro, assim como as impulsividades características das raças inferiores aparecem na vida desse sertanejo, revelando-se um místico extravagante. “É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e tendência coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade” (CUNHA, 2011, p.151).

Como contraponto a essas análises, apresentamos algumas investigações de Patto (1999) acerca dos discursos de saúde disseminados na época de transição do Brasil Império para o período da República. Como exposto em um fragmento anterior, a República carregava o signo da ordem para atingir o progresso e, com isso, uma desqualificação de tudo aquilo que poderia culminar em desordem. A autora afirma, então, que existia um eficiente artifício ideológico para domesticar a população, que foi disseminado através do discurso científico para convencer de que o pobre tinha uma imagem negativa, o que, conseqüentemente, naturalizava a exploração econômica e a rudeza do aparato repressivo. Nesse sentido, as teorias raciais ganharam força e a ciência passou a provar que os homens não eram iguais. A pobreza passa a ser um símbolo de sujeira, desordem, subversão, imoralidade e doença, representando uma degradação da alma e da raça. Tal degeneração era, em geral, acompanhada de vícios, promiscuidade, negligência, vadiagem, crime e anarquia. Patto (1999) relembra que, em 1871, Silvio Romero, teórico da inferioridade das raças, defendia que a condição das raças ameríndias era de “bestamente atrasada”, “bastante infecunda” e de natureza

“estupidamente indolente”, isto é, os ameríndios não passariam de selvagens com uma capacidade de desenvolvimento nulo. Por essa razão, o cruzamento das raças – negro, índio e mulato – passa a ser alvo de atenção, tendo em vista que provocava um corrompimento social e é nesse cenário que surge Nina Rodrigues e suas teorias de degenerescência e criminologia.

Patto (1999) também traz à superfície a reflexão de que, naquele momento, amparados pelos ideais da Escola Italiana de Criminologia, o povo adoecia e infringia leis não porque eram submetidos a mais completa miséria, e o ativista político se rebelava não porque a injustiça fosse revoltante, mas porque o povo e rebeldes eram fruto de raças inferiores e estavam predispostos a doenças mentais, crimes e insubordinação constante. A tese do determinismo social é levada às últimas consequências em nosso país, devido a aplicação generalizada dos procedimentos antropométricos. Além disso, muitos tentavam defender teorias de eugenia, recomendando uma limpeza étnica através da esterilização dos considerados degenerados. Os médicos, aliados à ascensão social e monetária, escreviam artigos eruditos recheados de citações em francês, inglês e alemão, inacessíveis à maioria da população. Para a autora, trata-se de uma sociedade inerte, que se assemelhava ao marasmo imperial, que, por sua vez, se utilizava de leis para torturar e desmoralizar políticos inimigos. Sobre o povo, havia uma burguesia medíocre que buscava prestígio social a qualquer custo, cujas convicções políticas seguiam ventos momentâneos.

Naquela época, como hoje, não era preciso que os pobres coubessem no Código Penal para que fossem alvo da sanha policial. Num país de tradição escravista, de relações marcadas pela violência e pelo arbítrio, propostas científicas transformavam-se em agressão física executada por leigos brutais (PATTO, 1999, p.190).

Cunha (2011), mesmo sobre forte influência desse momento, finaliza *Os Sertões* com um olhar crítico sobre as mazelas do país, pois, ao descrever os últimos dias da batalha, denuncia a matança de gente miserável cujo único crime era ter a esperança de redenção renovada pelas promessas de Antônio Conselheiro. Descreve com horror a exumação do cadáver do líder, cujo intuito era que “a ciência dissesse a última palavra”, pois ali se encontravam as linhas expressivas do crime e da loucura, mas conclui com ironia “é que ainda não existe um Maudsley⁵ para as loucuras e os crimes das nacionalidades”.

⁵ Henry Maudsley, psiquiatra inglês com importantes contribuições para a noção de responsabilidade penal e conceito de sociopatia. Ficou conhecido no Brasil devido a citação de Euclides da Cunha no livro *Os Sertões*, na avaliação da responsabilidade social e de estado pela Guerra de Canudos e morte de Antônio Conselheiro.

Antônio Conselheiro, era o chefe supremo de uma revolta medonha!... Fez-se também conspirador! Esqueceu-se dos crimes que há tanto tempo expurgava, para praticar outros, a nosso ver, ainda maiores! Cobriu-se de maldições e de ódios, transfigurou-se na forma da morte, em um inferno de suplícios, desesperações e horrores! Ungiu de sangue o solo virgem das matas sertanejas que ele mesmo procurara santificar; em uma palavra, causou a mais horrível desolação no seio de sua Pátria! Agora, perguntamos nós: a quem cabe a responsabilidade política e moral de tantas perturbações sociais, de tanto sangue, de tantas lágrimas, de tantos gemidos, de tantas desgraças? É preciso dizê-lo, sem rebuços: aos dois enviados de S. Exa. Revma. o Sr. Arcebispo Metropolitano, e ao governador da Bahia! (GALVÃO, 2006, p. 1589-1592).

De acordo com Galvão (2006), a multidão que o seguia não o via como desequilibrado ou demente, ao contrário, julgavam-no representante de suas aspirações; tal fato o levou a compreender a fórmula de seu próprio delírio, organizando-o como nunca havia sido observado antes, agia de forma racional e estabelecia encadeamentos para ordenar seus próprios devaneios. Além disso, Conselheiro era disciplinado e coerente em seus atos, o que corroborou para continuar por muitos anos nas práticas ascéticas e a ganhar muitos seguidores que acreditavam em suas palavras e gestos tranquilos, como se esse fosse um apóstolo antigo.

Mesmo diante da coerência e disciplina, Euclides achava que o conceito de paranoia de Tanzi e Riva, psiquiatras italianos, deveria ser aplicado a ele: “[f]oi um documento raro de atavismo” (CUNHA, 2011, p.152).

Mesmo sendo ele um paranoico que agia de forma louca, apresentando uma regressão ideativa, não ficou isolado ou foi incompreendido no sertão baiano; na verdade, suas atitudes o fortaleceram, o tornaram um emissário de Deus, um profeta. Sua função de apontar o caminho da salvação o satisfez tanto que não buscou ocupar outras posições. Cunha (2011) relata que, mesmo caminhando pelos sertões com essa ideia fixa, Conselheiro apresentava lucidez em seus atos e impressionava pela firmeza. Isso não significa que ele não tenha ficado na fronteira da loucura, onde encontramos facínoras e heróis, gênios e degenerados. Para o autor, sua explosão em revolta se dá pelo sentimento de exclusão de uma sociedade culta e vigorosa. Dessa maneira, o beato era, de fato, um representante natural do meio em que nasceu, tendo em vista que foi aquela sociedade cheia de injustiças, onde predominava a miséria e fome, que cultivou sua psicose mística, fazendo

buscar uma harmonia salvadora. Isso somado a uma predisposição à rebeldia presente no sertanejo, culminou na única atitude possível. Aquele era um ambiente propício para superstições.

Tais estigmas podem ser revistos a partir de reflexões sobre a medicina da época, pois, ao discorrer sobre a psiquiatria contemporânea e seus desafios, Benilton Bezerra Jr. (2014) cita Thomas Szasz, um importante psiquiatra que afirmava ser a psiquiatria a negação institucionalizada da natureza trágica da vida. Através dessa frase, ele nos leva a perceber a relação problemática entre psiquiatria e sociedade, tendo em vista que a primeira pode ser vista como um dispositivo social de controle e domesticação da existência social, que reifica experiências de dor subjetiva e angústia ao nomeá-las sob a forma de predicados médicos, chamados diagnósticos. Para ele, doença mental não passa de um mito, uma metáfora criada para tornar palatável os problemas da existência individual, justificando, assim, o controle e a intervenção sobre experiências e comportamentos desviantes ou socialmente indesejados. Em uma afirmação irônica, ele escreve que os diagnósticos psiquiátricos lhe parecem despidos de respeitabilidade científica, sendo apenas instrumentos de controle social, afinal se você falar com Deus, está rezando; se Deus falar com você, então tem esquizofrenia. Desse ponto de vista, essas limitações psiquiátricas objetivariam resguardar os indivíduos de um encontro trágico, mas potente, com a sua condição essencial de seres ontologicamente abertos, que, através da consciência de finitude, conviveriam com o fracasso, a frustração e o sofrimento. Essa mesma condição humana ofereceria, ainda, a quem quisesse buscar, algo impossível a outros seres: o exercício da liberdade.

A crítica de Szasz, segundo Benilton Bezerra Jr. (2014), parece um pouco anacrônica. Em parte, porque a dicotomia entre biológico e existencial, que dava sustentação às suas argumentações, vem sendo desconstruída e rediscutida pelos estudos da plasticidade e epigenética. Além disso, apesar de ainda não sermos capazes de demonstrar a natureza puramente biológica dos transtornos mentais, a pretensão de ancorar a psiquiatria em um campo sólido das teorias e práticas científicas tem ampliado seu raio de notoriedade, relegando as versões mais centradas no sujeito a segundo plano. Para além disso, a história da psiquiatria nos mostra que existe uma tensão entre as perspectivas científicas (ou biológicas) e humanistas (psicossociais), não podendo ser resumidas a uma imaturidade da disciplina, mas como traço constitutivo desse campo. Ela é atravessada por essa tensão ao mesmo tempo fértil e angustiante, entre duas áreas do conhecimento e do cuidado, oscilando, inevitavelmente, entre explicações determinísticas da experiência e interrogações

fundadas na presunção de autonomia do sujeito. Essa dupla marca, afirma o autor, faz da psiquiatria um empreendimento científico e moral.

Benilton Bezerra Jr. (2014), de todo modo, aponta que há uma verdade no pensamento de Szasz: na origem da psiquiatria está a necessidade humana de tornar inteligível e tolerável a complexidade e a ausência fundamental de sentido que caracteriza a existência. É desse encontro entre a natureza trágica da vida e a natureza trágica dos afetos que nasce a necessidade de descrever, nomear, classificar e distinguir. A história das teorias e práticas psiquiátricas está profundamente relacionada aos contextos sociais, culturais, religiosos, políticos e epistêmicos em que elas se dão. Categorias psiquiátricas são, de acordo com Freud (1980), sintomas de seu tempo – no sentido de revelarem de forma deslocada a verdade de um conflito que não se deixa conhecer imediatamente pela consciência. Assim, as teorias e categorias diagnósticas não apenas descrevem os sintomas dos pacientes, elas moldam, criam roteiros de identificação e determinam experiências de sofrimento, além de revelar modos de responder, técnica e socialmente, a elas. Nesse sentido, é possível afirmar, a partir dos escritos de Benilton Bezerra Jr. (2014), que o diagnóstico determinado pelo médico Nina Rodrigues modificara a maneira como Conselheiro foi pensado e olhado, assim como suas ações com os outros.

Saiu no Jornal A República, de 13 de outubro de 1897, Antônio Conselheiro era ‘um mísero embusteiro’ e seus homens uma “cáfila assassina” (GALVÃO, 2006, p. 1742-1743).

Diário de Notícias, 26 de julho de 1897

Que tal o Conselheiro! É dos diabos! Atirou manifesto à jagunçada, que mistura de grelos e quiabos! Que jocosa e ruim moxinifada! Podia o bicho ter manifestado quantas sandices tinha no bestunto: Ninguém estava zangado, ninguém dava importância a tal assunto (GALVÃO, 2006, p. 761-767).

Benjamin (2018) afirma a necessidade de uma revolução copernicana na história, onde há a inversão da relação dialética entre “o ocorrido” e o esforço presente de dele se aproximar, o que ele compara ao ato de despertar, de tomada de consciência, tendo como pressuposto o primado da política sobre a história. Claramente, para Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, “o ocorrido”, a loucura de Conselheiro, só poderia ser fixada através do conhecimento tateante de seu passado, como se houvesse uma progressividade histórica de seu ser, desde a infância até sua morte, em tudo inexorável, dado que, fundamentalmente, sua história está condicionada pelo meio, esse mal-entendido como atrasado e atávico. A experiência dialética benjaminiana, totalmente singular,

comporta uma dimensão compulsória, drástica, que desmente essa “progressividade” do devir e que comprova toda a aparente “evolução” como reviravolta dialética eminente e cuidadosamente composta, que é como o despertar do sonho.

Este método novo, dialético, de escrever a história apresenta-se como a arte de experienciar o presente como um mundo da vigília ao qual se refere o sonho que chamamos de o ocorrido. Elaborar o ocorrido na recordação do sonho! – Quer dizer: recordação e despertar estão intimamente relacionados. O despertar é, com efeito, a revolução copernicana e dialética da rememoração (BENJAMIN, 2018, p. 660).

Ainda, esse autor utilizou-se das noções de “espaço de tempo” (*Zeitraum*) e “um sonho de tempo” (*Zeit-traum*) para afirmar que, enquanto a consciência individual se mantém cada vez mais na reflexão, a consciência coletiva mergulha em um sonho cada vez mais profundo, chegando a comparar tal situação com o sono, que considera semelhante à loucura, no qual sensações das entranhas corporais, bem como seus ruídos, que, no homem acordado, são silenciadas pelo murmúrio geral do corpo e produzem imagens delirantes ou oníricas, que as traduzem e explicam; do mesmo modo, o coletivo que sonha, nas suas passagens, mergulha em seu próprio interior. É a esse último que o analista deve seguir para interpretar a história. Dessa maneira, pode-se afirmar que o coletivo sonha acordado. Benjamin (2018) considera que um dos pressupostos tácitos da psicanálise é que não existe valor algum na oposição categórica entre sono e vigília para determinar a consciência empírica do ser humano, antes, há uma infinita variedade de estados de consciência concretos, determinados pelo grau de vigília possível. Assim, para ele, basta transpor o estado da consciência do indivíduo para o coletivo, considerando que para este, são naturalmente interiores muitas coisas que são exteriores para aquele.

A arquitetura, a moda, até mesmo o tempo atmosférico, são, no interior do coletivo, o que os processos orgânicos, o sentimento de estar doente ou saudável são no interior do indivíduo. E, enquanto mantêm sua forma onírica inconsciente e indistinta, são processos tão naturais quando a digestão, a respiração etc. Permanecem no ciclo da eterna repetição até que o coletivo se apodere deles na política e quando se transformam, então, em história (BENJAMIN, 2018, p. 661).

“O despertar iminente é como o cavalo de madeira dos gregos na Tróia dos sonhos” (BENJAMIN, 2018, p. 665). Com esse pequeno excerto, pode-se iniciar a crítica ao que o autor nomeou de historicismo narcótico do século XIX, com sua mania de se mascarar, porém contendo um sinal de verdadeira existência histórica. Decifrar esse sinal é seu desafio e, para isso, ele propõe

o método do despertar dialético, que consiste não apenas em avaliar a situação histórica concreta do seu objeto, mas sim levar em conta a situação concreta e histórica do interesse por seu objeto, fundada no fato de o próprio interesse já se encontrar pré-formado naquele, e no fato de ele concretizar o objeto em si, elevando-o do seu ser anterior para a concretude superior do ser agora, do ser desperto. Esse ser, agora, descontínuo e intermitente já significa em si uma concretude superior, porém não pode ser apreendido no âmbito da ideologia do progresso, que deve ser totalmente superada. A partir da integração da realidade, na qual tudo o que é passado (em seu tempo), pode-se adquirir um grau mais alto de atualidade do que no próprio momento de sua existência, assim, o passado adquire um caráter de qualidade superior graças à imagem com a qual e através da qual é compreendido. Desse modo, a ação presente representa a fagulha que acende o pavio do material explosivo que se situa no ocorrido. Essa abordagem significa estudar o passado não de maneira histórica, mas sim com categorias políticas.

Jornal do Brasil de 23 de agosto de 1897: Senhor redator. Lendo as Notas ligeiras publicadas em o nº 77 de vosso jornal de 11 do corrente, notei enganos manifestos sobre as declarações por mim feitas a respeito de Canudos. Estas declarações foram feitas a amigos e pessoas que fizeram o favor de me visitar quando aqui cheguei ferido e não aos jornais baianos (...). Não declarei que a expedição comandada pelo inditoso Coronel Moreira César tivesse encontrado somente duzentos jagunços em Canudos, pois estou convencido de que existia ali, naquela ocasião, maior número do que os seiscentos que acredito existiam quando chegou a quarta expedição, visto como muitos morreram no combate dado pelo mesmo coronel e muitos outros de lá se ausentaram depois da ação, conforme informações que colhi. As declarações por mim feitas foram: que Canudos tem somente mil casas (ranchos) ou pouco mais e nunca quatro a cinco mil como geralmente se diz; que calculo ao chegar ali a quarta expedição o número de jagunços em seiscentos no máximo; que eles nunca possuíram balas explosivas; que se não fosse a morte do Coronel Moreira César, Canudos teria sido tomado a 3 de março último, não só por ter encontrado o inimigo reunido em Canudos, não sendo preciso subdividir a coluna, como também pelo número insignificante de armamentos e munições de guerra que então possuíam os jagunços; que o mal causado à quarta expedição foi com as armas e munições abandonadas pela do Coronel Moreira César e por outras anteriores (...). Que não há ali fim restaurador nem mesmo influência de pessoa estranha nesse sentido; que em Canudos não existe nenhum estrangeiro e muito menos capitão italiano instrutor de brigadas. Como outros, também acreditava nos tais auxílios enviados de fora e intenção monárquica, mas depois de minha marcha pelos sertões de Sergipe e Bahia e da minha chegada em Canudos fiquei convencido de que tudo isso não passa de fantasmagorias como fantasmagorias são as armas de Sete Lagoas, a carta do País, a existência em Canudos do valente e destemido Capitão-de-fragata Alexandrino de Alencar etc. (GALVÃO, 2006, p. 1139-1142).

Considerando os argumentos euclidianos e rodrigueanos, basicamente fundados na concepção determinista das características conselheiristas, tendo os meios natural e social papel preponderante e moldador de praticamente todas as qualidades observadas da personagem, como se meros reflexos fossem, os fragmentos de Benjamin enunciados acima possibilitam uma inversão dessas perspectivas, pois seu método dialético e materialista pressupõe que a relação entre o meio (infraestrutura) e a cultura com todas as suas manifestações (superestrutura) é definida pela expressão da primeira na segunda, e não meramente seu reflexo imediato. Nesse sentido, entendendo a personagem e suas características como parte de um coletivo situado em um espaço de tempo (*Zeitraum*) e em um sonho de tempo (*Zeit-traum*), com seus variados graus de consciência, tanto individuais quanto coletivos, pode-se supor que as análises que a definiram fixamente – “o ocorrido” – não são as únicas possíveis, dado que o método estava baseado na ideologia do progresso, característica da época e do momento político do Brasil, vide o lema “Ordem e Progresso”, expresso na bandeira nacional republicana.

Paradoxalmente, de modo inconsciente, tanto Euclides da Cunha (2011) quanto Nina Rodrigues (2006), não consideram a política como o modo de análise da personagem, preferindo a utilização de categorias psiquiátricas. Visto a partir da perspectiva benjaminiana, esse sujeito não pode ser fixado a essas características; antes, necessita ser avaliado no contexto coletivo em que viveu, com todas as ricas experiências que desenvolveu, não sendo, em absoluto, um mero reflexo delas, mas sim expressão complexa e inacabada de um passado que adquiriu o caráter de atualidade superior, que pode ser representado por uma imagem dialética e até mesmo onírica.

O cadáver do Conselheiro

Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas.

Antes, no amanhecer daquele dia, comissão adrede escolhida descobrira o cadáver de Antônio Conselheiro.

Jazia num dos casebres anexos à latada, e foi encontrado graças à indicação de um prisioneiro. Removida breve camada de terra, apareceu no triste sudário de um lençol imundo, em que mãos piedosas haviam desparzido algumas flores murchas, e repousando sobre uma esteira velha, de tábuas, o corpo do “famigerado e bárbaro” agitador. Estava hediondo. Envolto no velho hábito azul de brim americano, mãos cruzadas ao peito, rosto tumefacto e esquelético, olhos fundos cheios de terra – mal o reconheceram os que mais de perto o haviam tratado durante a vida.

Desenterram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa – único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra! Faziam-se mister os máximos resguardos para que se não desarticulasse ou deformasse, reduzindo-se a uma massa angulhenta de tecidos decompostos.

Fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava, afinal, extinto aquele terrívelíssimo antagonista.

Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita – e como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores.

Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura (CUNHA, 2011, p.579).

CONCLUSÃO

Alguns fragmentos benjaminianos imprescindíveis à conclusão deste trabalho:

Método deste trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não surrupiarei coisas valiosas, nem me apropriarei de formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os (BENJAMIN, 2019, p. 764).

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado e puramente temporal e continua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. – Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não-arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem. Despertar (BENJAMIN, 2019, p. 766).

A imagem lida, quer dizer a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente a toda leitura (BENJAMIN, 2019, p. 768).

Formulação de Ernst Bloch sobre o trabalho das passagens: “a história mostra seu distintivo da Scotland-yard”. Foi num contexto de uma conversa na qual eu explicava como este trabalho – comparável ao método da fissão nuclear – libera as forças gigantescas da história que ficam presas no “era uma vez” da narrativa histórica clássica. A historiografia que mostrou “como as coisas efetivamente aconteceram” foi o narcótico mais poderoso do século (BENJAMIN, 2029, p.769).

“A verdade não nos escapará”, é o que se lê num das epigramas (Sinngedicht) de Keller. Assim é formulado o conceito de verdade com o qual pretende-se romper nestas exposições (BENJAMIN, 2019, p. 769).

O fim é a origem.

A origem é a esperança. Canudos não terminou com a morte de Conselheiro, mas perpetuou-se na vida de muitos brasileiros.

A imagem da morte de Antônio Conselheiro constitui a imagem dialética que une os acontecimentos de Canudos com o agora, irrompendo num lampejo, constituindo nova constelação. Como imagem dialética que é, salta para o agora, autêntica e não-arcaica, plena de linguagem. Aparente paradoxo, abertura e representação. Louco, santo ou herói?

Benjamin (2019) cita Kierkgard (1933) em Wisengrund:

Pode-se também chegar a uma mesma consideração do mítico quando se parte do elemento imagético. Quando, numa época de reflexão, uma representação reflexiva vê-se o elemento imagético sobressair de maneira muito comedida e quase que imperceptível, como um fóssil antediluviano, lembrando uma outra forma de existência que apagou a dúvida, talvez fiquemos surpresos com o fato de que o imagético tenha um dia desempenhado um papel tão importante (KIERKGARD, 1993, *apud* BENJAMIN, 2019, p. 771).

A imagem da morte de Antônio Conselheiro pode ser entendida como um fóssil antediluviano, que emergiu em meio ao emaranhado de representações racionais (o louco messiânico de Canudos), quase como um milagre. Nela, está contida a dialética que explicitou, nos acontecimentos históricos de Canudos, o mito como passado muito antigo, fundido a nossa história antiga. Assim, podemos representar esse sujeito, utilizando sua imagem dialética, ligando-a aos mitos ancestrais que o unem a natureza, o universo, a terra e o homem.

Sua identidade, instituída sem a consideração de elementos dialéticos, resultou pobre e injusta, pouco mais que messiânica e psicótica, fruto do uso de teorias racionalistas e deterministas, pretensamente objetivas e verdadeiras. Nosso entendimento, pelo contrário, busca se afastar dessa forma fixa de identificação de Antônio Conselheiro, empregando a linguagem e a imagem como meios privilegiados de análise. Percorremos o caminho epistemológico proposto por Walter Benjamin, não descrevendo de forma objetiva nosso objeto, mas levando em consideração o movimento ativo e histórico. Nesse sentido, a partir de Benjamin (2018), apresentamos os fragmentos de forma ininterrupta e não passível de deduções, para então, após expor os fragmentos sobre Antônio Conselheiro de forma progressiva, voltarem transformados. As passagens coletadas foram expostas na tentativa de construir o que Benjamin (2012) chama de constelação sobre a identidade do líder canudense, buscando os elementos mais marginais e, aparentemente, insignificantes para a análise. Ao valorizarmos essas manifestações extremas do conceito, nos preocupamos com aquilo que escapa a regra e não é reconhecido pelo sistema (BENJAMIN, 1984). Além disso, tentamos uma outra compreensão possível da história, para que os elementos pudessem ser reintegrados em sua verdade perdida, tendo em vista que aquilo que não cabe no modelo dos vencedores é apagado ou deformado.

“Não existem, nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram?” (BENJAMIN, 2012, p. 242). O questionamento de Walter Benjamin atravessa esta caminhada que não tem um ponto final. Benjamin (2019) recusa a concepção instrumental da linguagem, revogando seu uso pragmático. De modo contrário, como explicitado por Gagnebin (1994), ele a concebe como um

campo para pensar e explicitar o próprio processo de construção do pensamento, seus bastidores. Dessa forma, sua obra foi escrita em torno de tensões dialéticas entre conceitos e ideias que tem o objetivo de possibilitar o permanente compromisso do pesquisador com o pensamento sem fronteiras, oposto às estruturas reflexivas dominantes que podem nos conduzir a unidades falsas e aprisionadas.

Dizer algo sobre o próprio método da composição: como tudo em que estamos pensando durante um trabalho no qual estamos imersos deve ser-lhe incorporado a qualquer preço. Seja pelo fato de que sua intensidade aí também se manifesta, seja porque os pensamentos carregam de antemão um tólos em relação a esse trabalho. É caso também desse trabalho que deve caracterizar e preservar os intervalos da reflexão, os espaços entre as partes mais essenciais deste trabalho, voltadas com máxima intensidade para fora (BENJAMIN, p. 499, 2006).

A noção de fragmento textual foi utilizada como uma opção epistemológica, alicerçada no pensamento benjaminiano, para transmitir à forma escrita as imagens de um pensamento. No corpo do texto, encontramos, lado a lado, passagens que expressam conceitos filosóficos, históricos e psicológicos, reflexões sobre a teoria e textos que transmitem imagens de pensamento, convocando nosso olhar para as experiências de Antônio Conselheiro ou para citações diversas de outros autores. Para dar conta dessa tarefa, utilizamos a noção de mônoda que Benjamin descreve em um de seus ensaios. Esse conceito filosófico, a partir de uma imagem de pensamento, expressa a articulação entre o geral e o particular ou, dito de outra maneira, entre o fragmento e o todo. Assim sendo, as passagens, enquanto mônodadas, não podem ser vistas simplesmente como partes isoladas, mas como unidades inseparáveis que guardam relação com o todo. Esse pensamento permite vislumbrar um mundo inteiro em pequenos detalhes do cotidiano. Nesse sentido, não foi nossa pretensão escrever um veredito sobre a identidade de Antônio Conselheiro ou mesmo sobre os acontecimentos da guerra, mas, antes, buscar fragmentos significativos sobre os acontecimentos, inclusive imagéticos, que permitissem que algumas lacunas ainda existentes sobre Conselheiro pudessem ser preenchidas, estabelecendo novos significados, que, por vezes iluminam matizes pouco explorados até aqui, tanto na literatura quanto em outras formas de abordá-lo.

Para tanto, nosso olhar sobre o fim do arraial e do líder canudense não buscou apenas os elementos negativos relativos aos acontecimentos, ao contrário, entendemos sua morte como a origem mesma de sua história, tal como Benjamin conceituou, não podendo ser confundida com gênese, dada sua natureza dialética. Assim é que Antônio Vicente Mendes Maciel ocupou, em todo

o decorrer deste trabalho, um lugar muito diferente de todas as representações a que tivemos acesso, com a exceção das imagens fotográficas de Flávio de Barros e das narrativas por nós ouvidas diretamente dos descendentes conselheiristas. Tal lugar pode ser compreendido, num aparente paradoxo, como um não-lugar, visto que sua “identidade”, confunde-se, ou melhor, une-se, com a história primeva de nossa terra, nossos povos e seus mitos ancestrais. Dessa forma, sua representação objetiva não nos parece possível, antes, impede uma compreensão que leve em consideração todas as experiências de vida desse sujeito.

Ao fim desse percurso, retornamos ao conceito que nos parece central para tentar não uma representação de Conselheiro, mas sim o restabelecimento de sua dimensão espectral, a noção benjaminiana de constelação.

POSFÁCIO

A CONSTELAÇÃO DE ANTÔNIO CONSELHEIRO: CÉU, TERRA, SERTÃO.

Figura 1 - Prisioneiros da guerra. Flávio de Barros, 1897



Fonte: Acervo do Museu da República.

Nunca é demais lembrar que a narrativa sobre o Conselheiro, produzida, na maioria das vezes, a partir da separação entre mito e história, na literatura, nas reportagens jornalísticas e nos telegramas de Euclides da Cunha, encontra um contraponto em fotografias, principalmente de Flávio de Barros, que revelam mais do que um sedimento da cultura da barbárie que cercou os acontecimentos da Guerra de Canudos, devolvendo às personagens representadas a integralidade de suas experiências de vida. O fotógrafo é pouco citado na literatura sobre Canudos, apesar de ter sido o único a registrar as imagens do acontecimento e de seus personagens. Segundo Santos (1996), pouco se sabe sobre o baiano Flávio de Barros, apenas que não era um correspondente, tendo em vista a proibição de publicar fotografias nos jornais da época. Assim, diante de uma

missão pouco atraente para os fotógrafos renomados, foi contratado pelo general Artur Oscar para acompanhar a guerra fratricida.

A fotografia reúne, informa, produz comportamentos e valores, comunica, simboliza e representa. Cria formas de documentar a vida em sociedade, revela “verdades” de fantasias do imaginário, mesmo que, quase sempre, produzidas por frações sociais dominantes, não sendo exagerado afirmar, que, no caso da fotografia do cadáver do Conselheiro, ela incorpora sua dimensão espectral (SANTOS, 1996). Em toda fotografia artística existe uma lacuna a ser preenchida pelo espectador e isso, segundo Benjamin (2012), constitui uma experiência, no caso, com o passado de Canudos e seus habitantes.

Aquilo que se tentou calar nas imagens, paradoxalmente, possibilitou romper com o silêncio que se estabeleceu após os trágicos eventos da guerra. “As fotografias projetadas como documento de verdade encenada e de realidade projetada figuram a violência do moderno projeto da República” (BARROS; MARINHO, 2020, n. p). A Guerra de Canudos, como dito anteriormente, foi a primeira guerra a ser fotografada na América Latina, representando o que seria o principal documento da vitória da civilização sobre o sertão diabólico e irracional, mas, quando esse sertão é lido a contrapelo, observamos a perversa racionalidade do massacre que se operou no arraial do Belo Monte, na Bahia, e que continua a operar em favelas, periferias, prisões, assentamentos e ocupações Brasil afora. Assim é que assume sentido atual o aforismo de Guimarães Rosa: o sertão é, de fato, do tamanho do mundo. Os borrões, resíduos e rastros da história aparecem nas fotografias de Canudos ao longo do tempo, dos dias do Conselheiro ao presente, tensionando as contradições sobre os sentidos e os significados do que se nomeou como guerra, progresso, modernidade e desenvolvimento.

Intentamos, através das fotografias de Flávio de Barros, Pierre Verger e Edu Simões vasculhar usos de imagens não como ilustrações, mas como documentos que, assim como os demais, constroem modelos e concepções. De acordo com Schwarcz (2014), a fotografia não é mero reflexo, mas produção de representações, costumes e percepções, não estando meramente fixas e presas a determinados temas ou contextos, mas sendo elementos que circulam, interpelam e negociam. Isso nos permite *dar imagem à teoria*, no sentido de ela comportar-se como uma instância formadora de representações.

As imagens constituiriam, ao contrário, um ponto singular de tensão e desassossego atravessando uma série de campos de investigação intelectual. Além do mais, “artes visuais são

sistemas de signos, formados por convenções que quadros, fotografias, objetos escultóricos, monumentos arquitetônicos carregam como formas de textualidade e de discurso” (SCHWARCZ, 2014, p. 396).

Ao passo que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Traçam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias para o matuto que ali nasceu e cresceu (CUNHA, 2011, p.102.

Fotografias que descrevem a paisagem, expondo a imensidão do céu, a aridez das terras sertanejas, a agressividade, a vegetação rarefeita, o chão arenoso, o terreno descampado. Aparentemente, ali não havia sujeitos, não existia povo, nem mesmo história. A natureza com aparência morta, embrutecida, hostil aos viventes. No fragmento euclidiano, surge, de modo inconsciente, a união do homem ao céu, à terra e à história.

Figura 2 - Caatinga. Edu Simões, sem data⁶.



⁶ As Figuras 2, 3 e 4 foram retiradas do site: <https://www.edusimoes.com.br/works/caatinga/>

Figura 3 - Caatinga. Edu Simões, sem data.



Figura 4 - Caatinga. Edu Simões, sem data.



Figura 5 - Vista parcial de Canudos ao Nascente e ao Sul. Flávio de Barros, 1897.



Fonte: Acervo do Museu da República.

Segundo Barros e Marinho (2020), a estigmatização dos dominados pelos dominadores atravessa a formação da sociedade brasileira. O povo é o principal alvo desse processo, caracterizando parte expressiva do desajuste nacional, do caráter inautêntico, mestiço e miscigenado da inserção do Brasil no mundo moderno. Para esses autores, o povo é o negativo e, mesmo quando valorizado em sua cordialidade, fortaleza, pureza selvagem ou mestiçagem, precisaria ser corrigido, reinventado e até encenado. O esquecimento das passagens da história é um dos capítulos centrais da formação do povo brasileiro. Esquecer para inventar. Apagar para representar. Em Canudos, Antônio Conselheiro e seus seguidores camponeses, indígenas, negros, mulheres e órfãos foram transfigurados em jagunços. Para além de tal predicado, foram também estigmatizados de fanáticos, monarquistas, feiticeiras e malditos.

A tentativa de redução de Conselheiro a mero louco, fanático ou místico, de acordo com Barros e Marinho (2020), se revela pela destituição de sua própria história, pela expropriação recorrente de terras ancestralmente apossadas e pelo extermínio de outros projetos de sociedade. Essas práticas, sem dúvida cruéis e alienadoras, constituíram pelo menos parte significativa do que se convencionou chamar de projeto nacional, que instituiu a necessidade de representar a sujeição popular pelo poder do Exército. A maior parte dos militares passava fome, calor e privação em Canudos, mas os soldados que posaram para as lentes de Flávio de Barros saciaram a fome em frente aos órfãos de guerra, aos jagunços que teimaram em não deixar a cena. A história contada

pelo olhar do vencedor encontra seu auge na fotografia **Prisão de jagunços pela cavalaria** (Figura 7) , que figura o suposto cerco aos conselheiristas. Nela, é difícil diferenciar os militares dos jagunços, vemos, ali, o extermínio do povo operado por parte do próprio povo, que, fantasiados em fardas maltrapilhas, forjaram o projeto que negou o soldo, o prato de comida e a moradia após a vitória final. Tal afirmação é alicerçada no fato de que parte expressiva dos soldados, após o fim da guerra, foram morar no Rio de Janeiro com promessas de melhora de vida, mas, ao chegarem lá, foram obrigados a morar nos morros, configurando o que hoje chamamos favelas, apelidadas por eles devido a planta, também chamada favela, encontrada em Canudos, cujo tronco era utilizado como cachimbo.

Figura 6 - Rio vaza-Barris ao Sul. Flávio de Barros, 1897.



Fonte: Acervo do Museu da República.

Figura 7 - Prisão dos jagunços pela cavalaria. Flávio de Barros, 1897.



Prisão dos jagunços pela Cavalaria.

Fonte: Acervo do Museu da República.

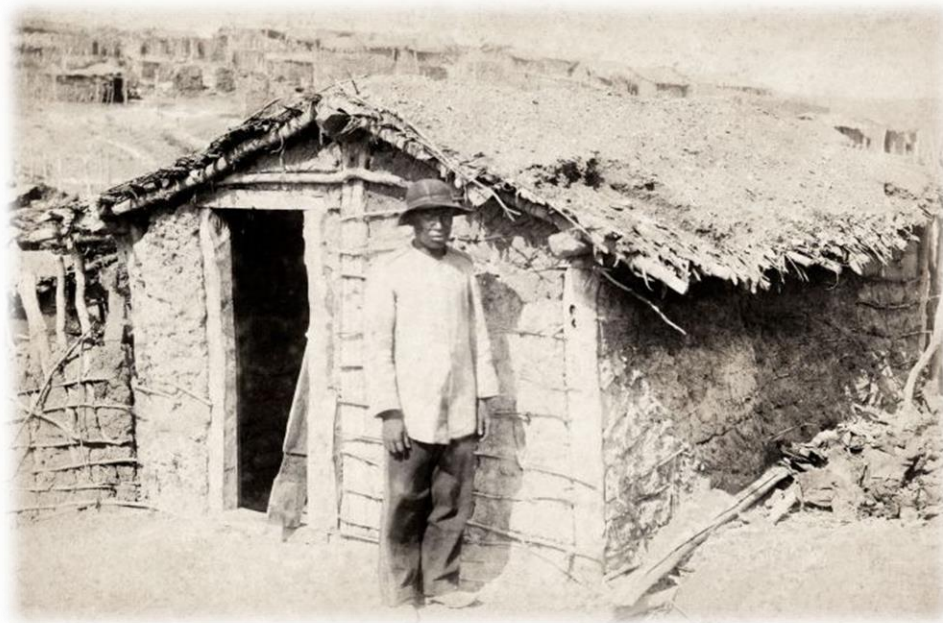
Figura 8 - Um jagunço em frente à sua casa. Flávio de Barros, 1897.



Boia na Bateria do Perigo.

Fonte: Acervo do Museu da República.

Figura 9 - Um jagunço em frente à sua casa. Flávio de Barros, 1897.



Fonte: Acervo do Museu da República.

Em nossa visita a Canudos, percebemos que a tradição e a memória da resistência dos primeiros conselheiristas são vividas e retomadas de diferentes formas. Através da manutenção de um memorial, romarias e por meio de organizações camponesas que reivindicam o trabalho coletivo, por exemplo. Esses são atos não apenas de memória, mas também de disputa política pelo legado que constitui Canudos através da luta pela terra. Andando pelos sertões ancestrais, pelos lugares repletos de histórias, homens, mulheres e crianças relembram as agruras de seus antepassados e refazem seus próprios caminhos no anseio pelo direito da memória.

A terra prometida foi negada. Morte ou progresso? Nas fotografias, enxergamos cadáveres da guerra – entre as fotos, há a icônica imagem de um rebelde vencido, Antônio Conselheiro. A causa de sua morte ainda é incerta, mas duas semanas após o enterro, seu cadáver fora exumado do Santuário de Canudos e fotografado por Flávio de Barros. Sua cabeça foi cortada e minuciosamente estudada pelo médico Nina Rodrigues, na Universidade da Bahia, em Salvador. Buscava-se por traços de loucura, demência e/ou fanatismo através da análise frenológica e craniométrica. Em 1905, o crânio do líder foi destruído, assim como os destroços de guerra, com o incêndio na Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus.

Figura 10 - Um jagunço preso. Flávio de Barros, 1897.



Um Jagunco preso.

Fonte: Acervo do museu da República.

Figura 11 - Cadáveres nas ruínas de Canudos. Flávio de Barros, 1897



Fonte: Acervo do Museu da República.

Antônio Conselheiro morreu em 22 de setembro de 1897, treze dias antes da investida final da República, em 5 de outubro – marco final da resistência conselheirista e momento da contagem das casas pelos militares. A estimativa é que cerca de 25 mil pessoas perderam a vida com o incêndio do arraial e a degola dos prisioneiros. Há duas principais versões sobre a morte do Conselheiro. A mais recorrente é a de que o beato foi vítima da “caminheira”, nome sertanejo para disenteria. A quarta expedição, com mais de dez mil soldados de dezessete estados – metade de todo o contingente do Exército na época -, cercava Canudos desde abril. Cinco generais e o ministro da Guerra se deslocaram ao front. A diarreia que teria vencido Conselheiro revela a intensa privação imposta aos canudenses pelo sítio militar. Outra versão atesta que o beato faleceu devido a ferimentos abertos por estilhaços de granada. Apesar das incertezas sobre o fim do Bom Jesus de Canudos, fato é que as reais circunstâncias da morte dos pobres brasileiros são esfaceladas e esvaziadas – ainda mais se decorrem de ação ou inação do Estado. Vítima de bala ou de pobreza extrema, o sertanejo é desumanizado até na morte, lá e aqui.

Livro Sertão, Sertões. Joana Barros, Gustavo Prieto e Caio Marinho, 2020

Figura 12 - Bom Jesus Antônio Conselheiro, depois de exumado. Flávio de Barros, 1897.



Fonte: Acervo do Museu da República.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Kierkegaard**. Tübingen: 1933.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

ADORNO, Theodor, W. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Brito de Almeida. São Paulo: Editora Ática, 2001.

ALVES, Castro. **Navio Negroiro**. EX! Editora, 2016.

ARCURI, Marcia; SANTOS, Eduardo N.; FRANÇA, Leila. A América Indígena e suas regiões culturais. *In*: CENTRO CULTURA BANCO DO BRASIL. **Por ti América: arte pé-colombiana**. Rio de Janeiro: Pancrom, 2005. p. 35-48.

ASSIS, Machado de. **A semana**. São Paulo: Mérito, 1897.

BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio. **Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. 1 ed. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

BENJAMIN, Walter. O narrador. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012a. (Obras Escolhidas). p. X-Y.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Paris, capitale du XIX siècle: Le livre des passages**. Paris: Cerf, 2018.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012b. (Obras Escolhidas). p. X-Y.

BERNUCCI, Leopoldo. **A imitação dos sentidos**. São Paulo: Edusp, 1995.

BEZERRA JR., Benilton. A psiquiatria contemporânea e seus desafios. *In*: ZORZANELLI, Rafaela; BEZERRA JR., Benilton; COSTA, Jurandir Costa. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 9-35.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. 1888.

Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=3353&ano=1888&ato=25f0TPn5keVRVT6f8>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CALASANS, José. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

CALASANS, José. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro**: uma contribuição ao estudo da campanha de Canudos. Salvador: EDUFBA: UFBA/Centro de Estudos Baianos, 2002.

CALASANS, José. **Quase biografias de jagunços**: o séqüito de Antonio Conselheiro. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias sobre a psicanálise. Parte III. Conferência XXVIII. Terapia analítica. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Vol. 16. Rio de Janeiro: Imago, 1980. p. 325-593. (Trabalho original publicado em 1917)

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva/Unicamp, 1994.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**. Cepe editora, Kindle Edition, 1994-2006.

GARCÍA, Juan César. O nascimento da medicina social. *In*: Nunes, Everardo Duarte (org.). **Juan César García**: pensamento social em saúde na América Latina. São Paulo: Cortez Editora; 1989. p. 1752-1762.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. *In*: **Textos Escolhidos / Max Horkheimer, Theodor Adorno**. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 119-154.

IZABEL, Tomaz Amorim Fernandes. **Franz Kafka e Walter Benjamin**: contar do tempo interrompido. 2018. 286. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2018.

JACOBINA, Ronaldo. Nina Rodrigues, psiquiatra: contribuições de Nina Rodrigues nos campos da Psiquiatria Clínica, Forense e Social. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 76, supl. 2, p. 11-22, 2006.

JORNAL A NOTÍCIA. 17 dez. 1897, nº 9014, p. 2. 1897.

LIMA, João Batista da Silva. Entre euclidianos e conselheiristas: Canudos resiste. *In*: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, Sertões**: repensando contradições, reconstruindo veredas. São Paulo: Elefante, 2020. p. X-Y.

LLOSA, Mario Vargas. **A guerra do fim do mundo**. Madrid: Alfaguara, 2008.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: Aviso de Incêndio. Rio de Janeiro: Boitempo, 2005.

- MARAI, Sandor. **Veredicto em Canudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MATOS, Olgária Chain Féres. **A escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. [S.]: 2006.
- MENESES, Branca Maria; PEDROSSIAN, Dulce Regina dos Santos. A psicologia social e a questão do método. *In*: SOUZA, Rejane Aquino; MENESES, Branca Maria (org.). **Reflexões críticas sobre pesquisa, educação e trabalho**. Curitiba: Appris, 2019. p. X-Y.
- NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- NOGUEIRA, Ataliba. **Antonio Conselheiro e Canudos**. São Paulo: Atlas, 1997.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estud. av.**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, abr. 1999.
- POE, Edgar Allan. O jogador de xadrez de Maelzel. *In*: POE, Edgar Allan. **Histórias Extraordinárias**. Abril Cultura, 1981. p. X-Y.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio, São Paulo: Record, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2001.
- RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais / Nina Rodrigues**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. (Edições do Senado Federal).
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas – “o diabo na rua, no meio do redemoinho...”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia e antropologia**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 02, p. 391-431, out. 2014.
- TAVARES, Odorico. **Canudos cinquenta anos depois (1947)**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura/Academia de Letras da Bahia/Fundação Cultura do Estado, 1993.
- VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Antônio Conselheiro por ele mesmo**. São Paulo: É realizações Editora, 2017.